

**LOGOS UNIVERSITY INTERNATIONAL**  
**DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU**  
**MESTRADO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO**

**SEBASTIÃO BRAZ GOMES**

**A BNCC E SUAS COMPETÊNCIAS PARA O NOVO ENSINO MÉDIO:  
AVANÇOS E DESAFIOS NO CENÁRIO DA PRÁTICA EDUCATIVA  
CONTEMPORÂNEA**

**MIAMI, FLÓRIDA**

**2021**

SEBASTIÃO BRAZ GOMES

**A BNCC E SUAS COMPETÊNCIAS PARA O NOVO ENSINO MÉDIO:  
AVANÇOS E DESAFIOS NO CENÁRIO DA PRÁTICA EDUCATIVA  
CONTEMPORÂNEA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Logos University International como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Fofonca.

**MIAMI, FLÓRIDA**

**2021**

SEBASTIÃO BRAZ GOMES

**A BNCC E SUAS COMPETÊNCIAS PARA O NOVO ENSINO MÉDIO:  
AVANÇOS E DESAFIOS NO CENÁRIO DA PRÁTICA EDUCATIVA  
CONTEMPORÂNEA**

O presente trabalho, em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Eduardo Fofonca – Presidente da Banca examinadora  
Logos University International – UniLogos

Profa. Dra. Ana Maria Marques Palagi  
Logos University International - UniLogos

Profa. Dra. Patricia Romagnani  
Universidade Positivo - UP

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Educação.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Prof. Dr. Eduardo Fofonca  
Orientador

Miami, 2021

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, que me proporcionou vida, saúde, inteligência, paz e esperança para realizar mais um projeto em minha vida.

Aos professores doutores, Francisco Dias e Andréa, que, com atenção, sempre me apoiaram neste projeto e auxiliaram no início deste trabalho, proporcionando abertura para novas reflexões em minha vida pessoal e profissional.

À minha esposa Elizania e aos filhos Ygor Gabriel e Yara Naíres, que me incentivam para novas conquistas.

Ao professor doutor, Eduardo Fofonca, que, com profissionalismo, dedicação e carinho, orientou e incentivou-me nesta caminhada, auxiliando nos caminhos científicos desta dissertação. Pessoa e profissional espetacular!

Aos colegas e amigos do curso de mestrado, pela convivência, carinho e companheirismo.

A todos, muito obrigado e a minha eterna gratidão, e que Deus abençoe a todos.

## RESUMO

A Educação, no Brasil, passa por momentos delicados. E o Ensino Médio é a fase que, ao mesmo tempo, fecha o ciclo da Educação Básica e projeta os concluintes, jovens e adultos, para novos voos em cursos superiores e, ou, para o mundo do trabalho. Os dados do Ensino Médio, no Brasil, têm apresentado, a cada ano, menos aprendizagem, mais situações de risco e evasão, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), além de não preparar os estudantes para o mercado de trabalho. É, nesse cenário, em que apenas 20% dos estudantes que concluem o Ensino Médio adentram em qualquer curso superior, que entra em cena o novo Ensino Médio. Assim, o objetivo, desta pesquisa, é estudar, analisar e entender a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em especial, as competências para a Educação Básica e para as áreas do Ensino Médio, bem como as teorias presentes no cenário educativo atual. A proposta deste trabalho é analisar a BNCC para o Ensino Médio e suas competências expondo o problema: Quais são os principais avanços e desafios apresentados pela BNCC, especificamente, para o Ensino Médio? Foram utilizados estudos sobre a Educação como processo de mudança social, como prática da autonomia e da liberdade e da ressignificação da prática educativa (FREIRE, 1967; 1979; 1994; FREITAG, 1980); e sobre a cultura digital e os desafios da Educação contemporânea (FOFONCA, 2015; 2017; KENSKI, 2012; HARDAGH, 2018; SANTOS, 2005; CAMAS, 2020). Foi pensando em um ensino que faça sentido aos jovens estudantes que o Ministério da Educação propôs mudanças significativas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), principalmente, ao Ensino Médio, da BNCC. Nesse sentido, a metodologia utilizada foi a revisão de literatura, considerando as leituras e análises de conteúdos da BNCC e teorias contemporâneas no cenário educativo para possíveis ressignificações educacionais. A pesquisa demonstrou a necessária readaptação educacional devido às transformações sociais na contemporaneidade e a valorização desta etapa educacional pela sociedade em geral, para que o novo Ensino Médio possa ser consolidado de fato e apresente resultados positivos. Considera-se, portanto, que, a partir da implementação de políticas públicas, sejam compreendidos os espaços das Unidades Escolares com elementos da cultura digital, considerando a capacitação contínua dos professores para trabalhar as tecnologias alinhadas aos temas e aos conhecimentos curriculares. As diferentes linguagens e formas de ver e reler a sociedade e o mundo possibilitará ao Novo Ensino Médio o êxito ou a derrota.

**Palavras-chave:** Novo Ensino Médio. BNCC. Ressignificação. Aprendizagem.

## ABSTRACT

Education in Brazil is going through delicate moments and high school is the phase that, at the same time, closes the cycle of Basic Education and projects graduates, young people and adults to new flights in higher education and, or, the world of work. Data for secondary education in Brazil have shown less learning every year, more situations of risk and evasion, according to data from the Pnad, in addition to not preparing students for the job market. It is in this scenario, in which only 20% of students who complete high school, enter any higher education course, that the New High School enters the scene. Thus, the objective of this research is to study, analyze and understand the proposal of the Common National Curriculum Base (BNCC) in particular the competences for Basic Education and for the areas of High School and theories present in the current educational scenario. This analysis focuses on the New High School, following the proposal of the BNCC and the need to adopt Digital Technologies of Information Communication (TDIC) for media literacy and a redefinition of the pedagogical actions of professionals in education and academic, technical/professional and are the goals to be achieved at this stage of training young people and adults for citizenship and the world of work. The purpose of this work is to analyze the BNCC for High School and its competences, exposing the problem: What are the main advances and challenges presented by BNCC, specifically, for High School? Studies on education as a process of social change were used, as the practice of autonomy and freedom and the redefinition of educational practice (FREIRE, 1967; 1979; 1994; FREITAG, 1980); and digital culture and the challenges of contemporary education (FOFONCA, 2015; 2017; KENSKI, 2012; HARDAGH, 2018; SANTOS, 2005; CAMAS, 2020). It was thinking about teaching that makes sense to young students that the Ministry of Education proposed significant changes in the Law of Guidelines and Bases of Education (LDB), especially in BNCC High School. In this sense, the methodology used was a literature review, considering the readings and content analysis of the BNCC and contemporary theories in the educational scenario for possible educational reinterpretations. The research demonstrated the necessary educational readaptation due to contemporary social transformations and the appreciation of this educational stage by society in general, so that the new High School can be consolidated in fact and present positive results. It is considered, therefore, that from the implementation of public policies, spaces of School Units with elements of digital culture are understood; considering the continuous training of teachers to work on technologies aligned with curricular themes and knowledge. The different languages and ways of seeing and rereading society and the world will enable the New High School to succeed or fail.

**Keywords:** New High School. BNCC. Resignification. Learning.

## LISTA DE QUADRO

<b>QUADRO 1</b> - Currículo por área .....	212
<b>QUADRO 2</b> - Diferenciais apresentados por Ítalo Cericato .....	212
<b>QUADRO 3</b> - As mudanças do novo Ensino Médio .....	234
<b>QUADRO 4</b> - Possibilidade de itinerários para o novo Ensino Médio .....	245
<b>QUADRO 5</b> - Competências gerais para a Educação Básica .....	324
<b>QUADRO 6</b> - Ferramentas que podem ser utilizadas em sala de aula .....	...38

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AOE</b>	-	Auxiliar de Organização Escolar
<b>ANA</b>	-	Avaliação Nacional de Alfabetização
<b>ANEB</b>	-	Avaliação Nacional da Educação Básica
<b>ANPED</b>	-	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
<b>ANRESC</b>	-	Avaliação Nacional de Rendimento Escolar
<b>BNCC</b>	-	Base Nacional Comum Curricular
<b>CF</b>	-	Constituição Federal
<b>CNE</b>	-	Conselho Nacional de Educação
<b>CONSED</b>	-	Conselho Nacional de Secretários de Educação
<b>DCN</b>	-	Diretrizes Curriculares Nacionais
<b>DCNEM</b>	-	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
<b>DNA</b>	-	Ácido Desoxirribonucleico
<b>EAD</b>	-	Ensino à Distância
<b>EJA</b>	-	Ensino de Jovens e Adultos
<b>FIC</b>	-	Formação Inicial Continuada
<b>FNCEE</b>	-	Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação
<b>IFRN</b>	-	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
<b>LDB</b>	-	Lei de Diretrizes e Base
<b>MEC</b>	-	Ministério da Educação
<b>MP</b>	-	Medida Provisória
<b>PDI</b>	-	Plano de Desenvolvimento Individual
<b>PEI</b>	-	Programa de Ensino Integral
<b>PNAD</b>	-	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
<b>PNE</b>	-	Plano Nacional de Educação
<b>SAEB</b>	-	Sistema de Avaliação da Educação Básica
<b>SARESP</b>	-	Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
<b>TDIC</b>	-	Tecnologia Digitais da Informação e Comunicação
<b>UERJ</b>	-	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
<b>UFPR</b>	-	Universidade Federal do Paraná
<b>UNICAMP</b>	-	Universidade de Campinas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>1.1 JUSTIFICATIVA</b> .....	<b>15</b>
<b>1.2 OBJETIVOS</b> .....	<b>16</b>
1.2.1 Objetivo Geral.....	16
1.2.2 Objetivos Específicos.....	17
<b>1.3 PROBLEMA DE PESQUISA</b> .....	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO I</b> .....	<b>18</b>
<b>A BNCC PARA O ENSINO MÉDIO: ITINERÁRIOS E REFLEXÕES ATUAIS SOBRE TDIC NA EDUCAÇÃO</b> .....	<b>18</b>
1.1 PROPOSTAS AO NOVO ENSINO MÉDIO: ÁREAS E ITINERÁRIOS.....	19
1.2 AUTONOMIA DOS ALUNOS NA ESCOLHA DE ITINERÁRIOS.....	23
1.3 ENSINO MÉDIO: TRANSFORMAÇÕES E PROJETOS.....	25
1.4 AS TDIC NO PROCESSO FORMATIVO CONTEMPORÂNEO .....	26
<b>CAPÍTULO II</b> .....	<b>31</b>
<b>COMPETÊNCIAS GERAIS DA BNCC À EDUCAÇÃO BÁSICA E ESPECÍFICA ÀS ÁREAS DO ENSINO MÉDIO</b> .....	<b>31</b>
2.1 DECIFRANDO AS COMPETÊNCIAS BÁSICAS.....	32
2.1.1 Competência 1 – Conhecimento .....	32
2.1.2 Competência 2 – Pensamento científico, crítico e criativo .....	33
2.1.3 Competência 3 – Repertório Cultural.....	34
2.1.4 Competência 4 – Comunicação.....	35
2.1.5 Competência 5 – Cultura Digital.....	36
2.1.6 Competência 6 – Trabalho e projeto de vida.....	36
2.1.7 Competência 7 – Argumentação .....	37
2.1.8 Competência 8 – Autoconhecimento e autocuidado .....	38
2.1.9 Competência 9 – Empatia e Cooperação.....	39
2.1.10 Competência 10 – Responsabilidade e Cidadania.....	40

2.2	COMPETÊNCIAS GERAIS REFERENTE ÀS ÁREAS DO NOVO ENSINO MÉDIO ....	41
2.2.1	Área de Linguagem e suas tecnologias .....	42
2.2.2	Área de Matemática e suas tecnologias.....	45
2.2.3	Área de Ciências da Natureza e suas tecnologias.....	48
2.2.4	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas .....	50
	<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>54</b>
	<b>CRÍTICAS À BNCC E DESAFIOS A PRÁTICA EDUCATIVA CONTEMPORÂNEA..</b>	<b>54</b>
3.1	NOVO ENSINO MÉDIO: MP 746 HOJE LEI Nº 13.415/2017.....	54
3.2	O DIREITO À EDUCAÇÃO.....	61
3.3	DESAFIOS DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA .....	62
3.4	PAULO FREIRE: EDUCAÇÃO COMO PROCESSO DE MUDANÇA SOCIAL .....	64
3.5	PAULO FREIRE: A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA AUTONOMIA E DA LIBERDADE .....	66
3.6	A PRÁTICA EDUCATIVA NO ENSINO MÉDIO .....	69
	<b>CAPÍTULO IV .....</b>	<b>72</b>
	<b>ANÁLISE E RESULTADOS .....</b>	<b>72</b>
4.1	PROBLEMAS ATUAIS ATRIBUÍDOS AO ENSINO MÉDIO.....	73
4.2	O OLHAR NEGATIVISTA, A DESMOTIVAÇÃO E O BAIXO DESEMPENHO .....	74
4.3	EVASÃO ESCOLAR, ALUNOS FORA DA ESCOLA E DÉFICIT DE VAGAS.....	75
4.4	FORMAÇÃO ADEQUADA E FALTA DE PROFESSORES .....	76
4.5	RESSIGNIFICAÇÃO DOS PROFESSORES E INVESTIMENTOS .....	76
4.6	O NOTÓRIO SABER E O TEMPO NA UNIDADE ESCOLAR .....	78
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>80</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>87</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo contribuir para a compreensão dos envolvidos no processo educacional de um dos grandes desafios da Educação no Brasil para os próximos anos, que é a implantação do novo Ensino Médio proposto pelo Ministério da Educação (MEC), adicionando disciplinas técnicas/profissionalizantes aos componentes curriculares, analisando a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em especial, as competências para a Educação Básica e para as áreas do Ensino Médio e as teorias presentes no cenário educativo contemporâneo, como instrumento em prol da Educação, além das possíveis ressignificações das práticas educacionais com a utilização das TDIC.

Sendo assim, a preocupação é como trabalhar e otimizar os componentes curriculares e técnicos para a formação dos estudantes diante da falta de estrutura e de ferramentas tecnológicas nas unidades escolares, tais como: computadores, salas multimídia, laboratório e internet que atenda a todos. Além da importância de ressignificar as práticas docentes para atender as novas demandas, refletindo e analisando o que o MEC, por meio da BNCC, apresenta ao que denomina novo Ensino Médio: Competências gerais da Educação Básica e das áreas do Ensino Médio e itinerários formativos dos estudantes, que inclui as tecnologias digitais no processo educacional.

Para que a proposta da BNCC seja implantada, é necessário que os envolvidos no cotidiano educacional, gestores, professores e equipe escolar, unam-se e atualizem-se, inovando, construindo e agregando processos e ações conjuntas importantes e relevantes para a formação dos estudantes. As competências são o foco, objetivos a serem atingidos, propondo um desenvolvimento integral às novas perspectivas e aos desafios contemporâneos.

A Educação Híbrida torna-se peça importante para o novo modelo, por meio da proposição de pesquisas de objetos de conhecimentos (conteúdos) dos componentes curriculares, aliando as inovações ao processo didático-pedagógico, ressignificando as aprendizagens, em especial, as midiáticas, com interações na sala de aula ou no ensino remoto, ou seja, aproximando as TDIC ao processo pedagógico como nova forma de pensar a Educação. Para isso, a liberdade, o diálogo e o respeito entre professores e estudantes são elementos centrais para o desenvolvimento da proposta.

Dessa maneira, este trabalho se desenvolve em quatro capítulos, conforme apresentado abaixo.

Capítulo I: A BNCC propõe, ao novo Ensino Médio, a autonomia para escolha de itinerários formativos, assim como formação técnica/profissionalizante. Abre-se a possibilidade

para o mundo do trabalho e para melhores condições de vida aos estudantes. É um momento propício às escolhas e às mudanças na trajetória de vida. Espera-se que a proposta da BNCC ajude a superar as desigualdades e também a fragmentação educacional, ou seja, qualidade de ensino que diminua a aprendizagem fragmentada. A proposta de autonomia e de responsabilidade do estudante visa à construção de ações éticas e à construção de aprendizagens/conhecimentos. Uma das marcas de nosso tempo que influi e os jovens são as tecnologias digitais, apresentando fortes apelos de consumo e simbolismos que alteram as formas de leitura da sociedade, do mundo e das próprias relações.

A análise crítica é o *start* à libertação pelo compromisso e pelo autoconhecimento, ao uso responsável dos conteúdos apresentados pelas novas tecnologias, evidenciando seus limites e riscos nesta nova configuração de mundo. Espera-se, assim, que os estudantes, após cumprirem a jornada básica e técnica, concluam o Ensino Médio portando requisitos para obterem melhores opções no mundo do trabalho e no comprometimento social, mesmo que não possam efetivar uma trajetória universitária.

A inclusão das TDIC, na Educação, é um caminho natural na contemporaneidade, visto que as tecnologias fazem parte do dia a dia dos estudantes, sendo importantes ferramentas a serem utilizadas nessa etapa de conhecimento. É importante introduzir metodologias de alfabetização midiática, nivelando a comunidade escolar para os novos horizontes propostos. No entanto, é necessário ressignificações nos processos educacionais para que as propostas possam acontecer com perspectivas atraentes, apresentando aos estudantes direitos e deveres inerentes a eles.

Capítulo II: As 10 Competências para a Educação Básica e as competências para as áreas do Ensino Médio. A competência Conhecimento vislumbra um estudante que compreenda a importância da aprendizagem, que reflita como se constrói o conhecimento com autonomia na apreensão dos variados contextos, dentro e fora da escola; o Pensamento científico, crítico e criativo pretende estimular a curiosidade intelectual desenvolvendo a capacidade de reflexão e as práticas de pesquisa para obtenção de conhecimento e processos de pesquisa; o Repertório cultural é essencial na formação e no desenvolvimento dos estudantes, individualmente e, enquanto, cidadãos; a Comunicação é uma arte em suas diferentes formas de se apresentar, de transmitir pensamentos e raciocínios, de formar mentes, importante na vida pessoal e social. Essa competência traz conhecimento, empatia e confiança, formando opiniões claras; a Cultura digital visa à formação para o século XXI. A utilização das TDIC é importante e natural e deve acontecer de maneira ética, crítica e responsável; a competência Trabalho e Projeto de Vida

está prevista pelo PNE, desde 2014, com intuito de proporcionar maior significado e mais aprendizagens, adequando objetivos e planos; a Capacidade argumentativa deve ser estimulada pela capacidade de construir argumentos e opiniões, respeitando a ética, os direitos humanos e opiniões alheias; a competência Autoconhecimento e Autocuidado deve apresentar a necessidade do se responsabilizar pela saúde física e emocional, reconhecendo as emoções e as dos outros; a competência Empatia e a Cooperação está ligada ao respeito ao próximo e deve promover o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação; e, por último, e não menos importante, a competência Responsabilidade e Cidadania permeia a autonomia pessoal, coletiva, responsável e resiliente, norteando decisões com base em conhecimentos adquiridos e construídos, com princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

A partir das 10 competências gerais da BNCC, foram atribuídas interferências e contribuições para os jovens estudantes que, com a proposta do MEC, abre-se uma luz em meio aos problemas contemporâneos, principalmente, o Ensino Médio, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD). Assim, pretende-se que o conhecimento possa ser mais acessível, interessante, próximo e importante da realidade juvenil.

Analisando os caminhos percorridos e o possível pela proposta da BNCC, além de rever o atual momento e as possibilidades de ressignificação no Ensino Médio, como fase transitória, formativa, social e para o mundo do trabalho, é que se percebe a importância das competências básicas. Pois, a possibilidade de uma Educação que abra espaços à autonomia dos envolvidos no processo educativo, oferecendo oportunidades e ferramentas para ensinar e aprender, além de ressignificar a prática educativa, preparará o educando a viver em sociedade e a atuar no mundo do trabalho. Isto é, sendo sabedores de que a Educação constrói e transforma as pessoas e a sociedade.

As competências permitem que os estudantes desenvolvam as habilidades propostas pelos componentes curriculares e pelas aprendizagens estipuladas pela BNCC. Estes são convidados a deixar a inércia durante as aulas, motivando-os a assumir a própria autonomia e responsabilidade com as escolhas de itinerários formativos, participando e interagindo, construindo o próprio projeto de vida, com objetivos claros e expressando valores próprios e sociais.

As competências relativas às áreas para o Ensino Médio visam sempre à Educação Integral com foco no que os alunos devem saber e o que devem saber fazer. Isto é, devido à imposição de um olhar inovador e inclusivo para as questões essenciais do processo educativo, tais como: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de

aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado, exposto pela sociedade contemporânea. Nesse contexto, o se reconhecer no contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, crítico, participativo, resiliente e responsável requer mais do que informações; requer competências para trabalhar as informações disponíveis que chegam através da tecnologia.

As competências específicas para o Ensino Médio reafirmam as competências gerais da Educação Básica e pretendem subsidiar os sistemas de ensino e as unidades escolares na construção dos currículos e das propostas pedagógicas. Cada área de conhecimento apresenta um papel formativo aos estudantes do Ensino Médio, expondo os objetos de conhecimento conforme características e especificidades, estabelecendo competências a serem desenvolvidas nessa etapa de formação e de aprendizagem.

A área de Linguagem está centrada no desvendamento autônomo e crítico das diferentes manifestações linguísticas, artísticas, culturais e midiáticas; a área da Matemática centra-se na compreensão de conceitos e de estratégias na solução de problemas no intuito de desenvolver o pensamento computacional; a área de Ciências da Natureza e suas tecnologias propõe compreender conceitos fundamentais da área e analisar as condições de vida no mundo natural; a área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas está centrada na construção de argumentos e na avaliação das relações sociais e culturais.

Pretende-se que, ao contemplar as competências básicas e das áreas, o estudante do Ensino Médio esteja apto ao mundo do trabalho e não só viver, mas, transformar a sociedade.

Capítulo III: Críticas à BNCC e desafios dos educadores na contemporaneidade, sobre a ressignificação da prática educativa. A BNCC visa formação acadêmica, cidadã e para o mundo do trabalho para os estudantes do Ensino Médio, numa sociedade onde a tecnologia está presente no dia a dia dos estudantes, portanto, as TDIC se tornam instrumentos de intermediação e ressignificação, tanto aos professores como aos alunos e mais que isso, tornam-se instrumentos de inserção social. Se há um esforço para implementar a Lei 13.415, de 16 de fevereiro, de 2017, até o ano de 2022; por outro lado, também, sofre críticas de profissionais da educação, como professores e pesquisadores, uma vez que as mudanças são significativas, mas, o que se percebe e, por isso, as críticas, é a falta de políticas públicas que a viabilizem, de forma eficaz, com investimento nas unidades escolares, formação e capacitação dos professores para o uso das TDIC na Educação e equipamentos necessários para que os professores possam desenvolver o trabalho e para que os jovens possam adquirir formação acadêmica para a cidadania e para o mundo do trabalho.

Os debates e as críticas vislumbram diminuir ou solucionar os problemas dessa última etapa da Educação Básica. E muitos são os desafios para a Educação contemporânea, dentre eles, que podem causar entrave à implantação do novo Ensino Médio, estão: o baixo desempenho dos estudantes; a falta de professores especialistas; a falta de professores com formação adequada para a sociedade contemporânea tecnológica; o olhar negativista da sociedade e da comunidade escolar para essa etapa da Educação Básica; a desmotivação dos alunos; o baixo desempenho nas provas internas e externas; o analfabetismo funcional; a evasão escolar ou alunos que sequer são matriculados; a falta de investimento e políticas públicas para se trabalhar a ressignificação desejada à comunidade escolar; reformas estruturais (manutenção e revitalizações dos espaços das unidades escolares); investimento em equipamentos (computadores, notebooks, internet e programas); a formação dos professores para trabalharem utilizando as TDIC; professores com notório saber; tempo de permanência na escola; materiais para o processo de ensino e de aprendizagem; internet disponível em todos os espaços das unidades escolares e formação aos professores referente à adoção das TDIC.

Portanto, faz-se necessário reavaliar as práticas educativas produzindo um estranhamento à banalização da Educação, introduzindo novas práticas e formação adequada aos estudantes para os avanços que a contemporaneidade exige.

Capítulo IV: Análises e resultados. Alicerçados na leitura e na análise da BNCC, principalmente, no que se refere às competências e nos pensadores contemporâneos, é possível esclarecer o processo de pesquisa de linha qualitativa para delinear o cenário educativo, os avanços e os desafios para o novo Ensino Médio. Todos os educadores e pesquisadores vislumbram uma Educação transformadora e/ou libertadora aos estudantes. Sendo assim, ao Ensino Médio, a BNCC propõe um processo de formação que inclui formação técnica profissionalizante, o que para muitos jovens das escolas públicas é a possibilidade de ascensão a melhores condições de vida para si e para suas famílias, além da possibilidade de itinerários formativos, incluindo formação acadêmica e cidadã, garantindo o direito de aprendizagens comuns a todos os estudantes brasileiros. Se aliado às competências gerais e específicas às áreas do Ensino Médio, as TDIC trarão ingredientes sólidos para a formação transformadora contemporânea, era marcada pela evolução digital. Logo, se houver políticas públicas (investimento), a proposta poderá trazer aos estudantes novas possibilidades de inserção social e de acesso ao mundo do trabalho. Diante disso, é nítido que há um longo caminho a percorrer. Portanto, é imprescindível questionar e refletir sobre os problemas existentes para que a

proposta da BNCC atinja seus objetivos e para que o novo Ensino Médio seja implementado até 2022.

Assim sendo, esta pesquisa transcorre em três fases:

a) Leitura e análise da proposta da BNCC ao novo Ensino Médio.

b) Análise das competências proposta pela BNCC para a Educação Básica e das competências específicas às áreas do Ensino Médio.

c) Leitura e análise das contribuições de pensadores contemporâneos da Educação que oferecem reflexões e aprofundamento sobre a Educação como prática libertadora, tendo as TDIC como uma das formas de ressignificar a ação pedagógica dos educadores.

Tomando como fundamento as análises documentais e a metodologia de pesquisa – revisão de literatura – segue a justificativa, os objetivos e o problema de pesquisa.

## **1.1 JUSTIFICATIVA**

Os dados do Ensino Médio, no Brasil, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), divulgado pela BBC.COM, em 20/06/2019, a cada ano essa etapa de estudo apresenta menos aprendizagem e aumento da evasão escolar na faixa etária de 15 a 17 anos. De acordo com isso, podemos perceber a necessidade de mudanças significativas no processo educacional, principalmente, no que se refere ao Ensino Médio. Mudanças com foco no Ensino Básico, mas, um olhar especial para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, que é a fase do ensino que tende à grande defasagem, conforme dados e ;relatórios estatísticos das provas externas do SAEB; ANA, ANEB; ANRESC ou Prova Brasil e SARESP - que permitem diagnósticos e monitoramento do sistema educacional, podem contribuir e subsidiar o trabalho dos profissionais da educação, tornando-se ferramenta para a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem.

A Educação, no Brasil, passa por momentos delicados. E o Ensino Médio é a fase que, ao mesmo tempo, fecha o ciclo da Educação Básica e projeta os concluintes, para novos voos em cursos superiores e, ou, para o mundo do trabalho. A preocupação com essa etapa de conhecimento e a falta de perspectivas dos estudantes, na atualidade, é a luz que se abre a partir da proposta da BNCC, induzindo a um modelo de ensino que faça sentido aos adolescentes e jovens. Nessa perspectiva, como professor no Ensino Médio, revendo as práticas e as possibilidades de transformações, vislumbrei tomar a BNCC como a fonte das possíveis transformações na Educação, e as ideias que unem ou não a nova proposta para o Novo Ensino Médio como possibilidades de transformação pessoal e social dos estudantes.

A releitura do processo educacional atual será necessária diante das transformações sociais, do crescimento tecnológico e da necessária ressignificação da Educação Básica no Brasil. É sabido que os profissionais da Educação não podem fechar os olhos para as problematizações atuais da sua área, especialmente, os principais avanços e desafios que se apresentam na prática educativa, na formação e no aprendizado propostos aos estudantes e também aos educadores.

O educador deve ter a consciência de que a prática educativa deverá ser sempre ressignificada. Com respeito e comprometimento, deve propiciar autonomia e diálogo ao estudante, sem dissociar os processos de conhecimento dos componentes curriculares, do mundo do trabalho e da realidade social. Deve se comprometer com o educando, estimulando-o e respeitando sua liberdade e autonomia. Para isso, a relação entre professor e aluno deve ser dialógica e aberta, assumindo compromissos e criando laços, ou seja, um processo transformativo.

É importante o estudo da BNCC para que possa ser garantido aos estudantes o direito constitucional de formação e de desenvolvimento cognitivo, social, cultural, profissional e humano. Torna-se uma importante ferramenta para solidificar e qualificar a Educação ao estabelecer novas diretrizes à Educação Básica, dando voz aos componentes curriculares, incluindo a formação técnica/profissionalizante presente na nova proposta do Ensino Médio, de acordo com os itinerários formativos escolhidos pelos estudantes.

Espera-se que o estudo venha contribuir para a comunidade educacional e que as análises abram caminhos a novos estudos e pesquisas e que, principalmente, possa intervir positivamente para ressignificação da Educação, dos profissionais e dos estudantes, com apoio da comunidade escolar e da sociedade em geral, além de reflexões, debates e embates sobre políticas públicas que viabilizem as implementações necessárias nas unidades escolares.

## **1.2 OBJETIVOS**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

- Analisar a proposta da BNCC e as competências para o novo Ensino Médio, apresentando os avanços e os desafios no cenário educativo contemporâneo.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- Estudar as competências gerais propostas à Educação Básica, incluindo o novo Ensino Médio, que tem o intuito de garantir formação acadêmica, cidadã e preparação ao mundo do trabalho dos estudantes.
- Entender a proposta da BNCC para o novo Ensino Médio e as transformações, inclusive de infraestrutura das escolas, necessárias ao processo de implantação.
- Compreender as competências referentes às áreas do Ensino Médio no que se refere ao Pensamento Científico, Repertório Cultural, Comunicação, Cultura Digital, Trabalho e Projeto de Vida, possibilitando a imersão ao mundo da tecnologia e do trabalho.

### **1.3 PROBLEMA DE PESQUISA**

A BNCC propõe mudanças ao Ensino Médio, proporcionando discussões favoráveis e contrárias às novas concepções curriculares. A inclusão de competências gerais, incluindo o pensamento científico, repertório cultural, comunicação, cultura digital, trabalho e projeto de vida, possibilita a imersão dos estudantes ao mundo da tecnologia e ao mundo do trabalho, aliando esses conhecimentos aos componentes curriculares. A proposta deste trabalho é analisar a BNCC para o novo Ensino Médio e as respectivas competências, expondo o problema: Quais são os principais avanços e desafios apresentados pela BNCC, especificamente, ao novo Ensino Médio?

Após leitura e revisão da BNCC e dos teóricos que atuaram e atuam na reflexão sobre a Educação, como processo de mudanças e transformações, serão apresentados análises e resultados.

## CAPÍTULO I

### A BNCC PARA O ENSINO MÉDIO: ITINERÁRIOS E REFLEXÕES ATUAIS SOBRE TDIC NA EDUCAÇÃO

Em um mundo marcado por mudanças contínuas, dinâmico e complexo, aliado a um crescimento tecnológico descomunal, com profissões desaparecendo, e outras surgindo num ritmo veloz, as escolas deverão oferecer novas formas e ferramentas de aprendizagem e formação capazes de oportunizar novas perspectivas profissionais e tecnológicas aos estudantes que almejam adentrar ao mundo do trabalho. E, ainda, ser meio de inserção social e de condição de exercício da cidadania, pois os avanços tecnológicos substituem a força de trabalho humana, sendo realidade para a maior parte da sociedade.

Diante disso, a escola, estruturada como está, apresenta-se cada vez menos relevante e atrativa para os adolescentes e jovens do Ensino Médio. Em 2019, conforme dados da PNAD, aproximadamente, 11,8% dos jovens, na faixa etária correspondente ao Ensino Médio, estavam fora da escola, o equivalente a 1,1 milhões de jovens. E, dentre as mudanças para uma proposta mais atrativa, inclusa, necessária e eficaz, está o uso de tecnologia, de dispositivos móveis e de metodologias ativas, como instrumentos de ensino e de aprendizagem, sendo imprescindíveis para um processo educacional de maior relevância, de motivação, evitando a aprendizagem fragmentada e a evasão escolar.

A secretária-executiva do MEC, Maria Helena Guimarães, afirmou ao Jornal O Globo em 04/09/2016 que é preciso fazer uma mudança estrutural na organização de todo o Ensino Médio para que essa etapa de estudo possa atingir os objetivos de ensino propostos, segundo ela.

Seria uma forma de estimular alunos a ter mais compromisso e vontade de aprender, com a possibilidade de itinerários formativos de acordo com suas aspirações. O mais importante é que os jovens, com a nossa proposta, terão a possibilidade de duplo diploma: o de ensino técnico e de ensino médio. Hoje, ele tem que cursar o ensino médio para depois fazer um técnico, ou então cursar o médio de manhã e o técnico à tarde (GUIMARÃES, 2016).

A proposta da BNCC é que o novo Ensino Médio faça a diferença, apresente caminhos e possibilidades transformativas aos estudantes e ressignificações na prática dos educadores. A proposta de itinerários aos estudantes, conforme o projeto de vida, ou que esteja o mais próximo possível, faz com que o jovem adquira princípios de responsabilidade, de ética e de compromisso consigo mesmo e com a sociedade. A possibilidade de cursar uma formação

técnica/profissionalizante possibilita ao estudante a imersão ao mundo do trabalho e da tecnologia.

## **1.1 PROPOSTAS AO NOVO ENSINO MÉDIO: ÁREAS E ITINERÁRIOS**

A proposta apresentada pelo CNE e pela BNCC é fruto de planejamento, de estudos e de debates por décadas e por diversos setores da sociedade. Está expressa na Constituição, na LDB, nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e no Plano Nacional de Educação (PNE). Foi fruto de imenso trabalho, pesquisa e adequações para oferecer uma Base Nacional Comum Curricular a um país de dimensão continental, com culturas diversificadas, problemas dos mais variados, desde a evasão escolar até a fome, onde as ofertas de trabalho são menores que a procura, que o crescimento tecnológico traz à luz as diferenças sociais e econômicas, e que o mundo do trabalho transparece o valor do capital sobre a pessoa humana. Sendo assim, faz-se necessário construir possibilidades a todos os jovens, em especial, às classes menos favorecidas, pois a elite já as tem, no intuito de diminuir as diferenças sociais, contemplando assim imensa parte da juventude brasileira.

O artigo 35<sup>1</sup>, da LDB 9394/1996, nos apresenta esta proposta: O Ensino Médio tem como finalidade o desenvolvimento da pessoa humana, a formação ética, científico-tecnológico, o pensamento crítico, cognitivo e socioemocional dos estudantes.

Já a Constituição Federal de 1988 assim reza:

Artigo 205: A Educação deve visar o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania.

Artigo 206: Deve haver igualdade de acesso e permanência na escola, com liberdade para aprender, ensinar e se expressar.

Artigo 214: O Plano Nacional de Educação deve promover a formação para o trabalho e a formação humanística do país.

---

<sup>1</sup> Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017: Altera as Leis n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, e o Decreto-Lei n° 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n° 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

“Art. 35-A A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas.

§ 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia.

Percebe-se, na legislação, uma base legal para a implantação da nova proposta de formação para os estudantes do novo Ensino Médio, isto é, uma formação acadêmica, cidadã e profissional por meio de itinerários formativos. Uma nova roupagem visando oferecer maior protagonismo aos jovens, garantindo igualmente os mesmos direitos de aprendizagem, considerando que, no Ensino Médio atual, não há utilização de tecnologias e perspectivas de uma formação técnica ou profissionalizante. O novo Ensino Médio foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação e homologado pelo MEC, em dezembro de 2018, que, assim, o apresentou no Guia de Implementação do Novo Ensino Médio:

Um Novo Ensino Médio chegou. E com ele a possibilidade de escolha e a garantia de direitos de aprendizagem comuns a todos os estudantes brasileiros. PREVISTO NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE 2014, o Novo Ensino Médio surgiu a partir de mudanças recentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e da elaboração da parte para o Ensino Médio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Sua proposta considera três grandes frentes: o desenvolvimento do protagonismo dos estudantes e de seu projeto de vida, por meio da escolha orientada do que querem estudar; a valorização da aprendizagem, com a ampliação da carga horária de estudos; e a garantia de direitos de aprendizagem comuns a todos os jovens, com a definição do que é essencial nos currículos a partir da BNCC. Este Guia de Implementação, fruto do trabalho colaborativo entre o Ministério da Educação (MEC), o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCEE), o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED) e servidores especialistas das Secretarias Estaduais de Educação, tem o propósito de apoiar as redes e sistemas de ensino, sugerindo caminhos para a construção de uma nova estrutura para a etapa do Ensino Médio. Esse material pode servir também de apoio para escolas particulares no processo de implementação das mudanças previstas na LDB. Aqui você encontrará uma explicação das novas possibilidades, em especial dos itinerários formativos, orientações para o planejamento e diagnóstico das capacidades atuais das redes, além de uma sugestão de passo a passo para a (re) elaboração dos currículos e efetiva implementação de um Novo Ensino Médio (GUIA, 2018, p. 3).

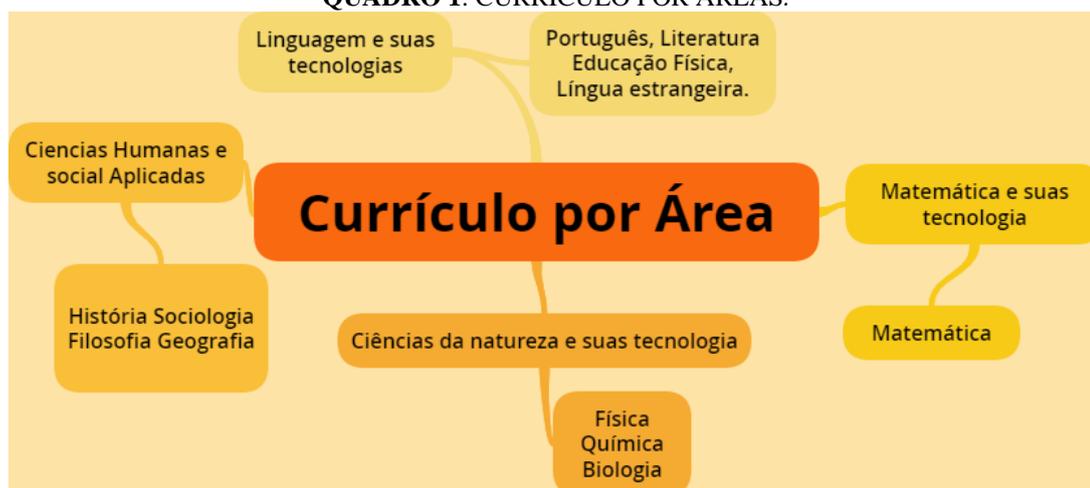
Esse Guia apresenta as mudanças possíveis e importantes para se colocar em prática a proposta de flexibilização curricular, oportunizando aos estudantes ferramentas contemporâneas para que os objetos de conhecimentos dos componentes curriculares possam ser ofertados de forma mais próxima possível da realidade de cada um. Propõe, aos jovens, itinerários formativos, formação técnica ou profissionalizante e autonomia de escolhas, conforme seus projetos de vida.

A Medida Provisória 746/16 (MP), que se tornou a Lei Ordinária 13.415, em 2017, irá nortear os currículos estaduais e será a referência para construção das matrizes e projetos pedagógicos das escolas. O Currículo continua organizado por áreas de conhecimento, contemplando os diferentes componentes curriculares: Matemática, Língua Portuguesa, Arte, Língua Inglesa, Educação Física, História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Biologia, Química

e Física. Pretende-se que a organização por áreas facilite a organização do trabalho interdisciplinar, a elaboração e a execução de projetos curriculares, conforme demanda dos estudantes e das competências para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho, necessárias ao desenvolvimento dos jovens. Portanto, refaz a necessidade de ressignificar a Educação, conforme Freire (1979), refletindo o ser humano como construtor da própria Educação e não como simples objeto, alienado a ela.

O agora denominado **novo Ensino Médio** está formatado em quatro macros áreas: Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais aplicadas. As disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática terão aplicação nos três anos, tendo a incumbência da sustentação desse novo projeto.

**QUADRO 1: CURRÍCULO POR ÁREAS.**



**Fonte:** O autor (2021)

As Secretarias Estaduais de Educação, Diretorias de Ensino e as Escolas definem o Currículo a partir dos componentes curriculares. Cericato (2020, p. 8) afirma que tais mudanças visam, aos estudantes, maior engajamento, autonomia, protagonismo e aprendizagem, a partir da realidade de uma sociedade em constante transformação. O autor indica, ainda, alguns diferenciais da proposta ao novo Ensino Médio, conforme o quadro abaixo.

**QUADRO 2: DIFERENCIAIS APRESENTADOS POR CERICATO.**

<p><b>Aprendizagem:</b> o estudante será o centro do processo de aprendizagem com foco na sua formação integral, protagonismo e exercício da cidadania.</p>	<p>Novo olhar sobre o processo de aprendizagem com mais tempo para aprender e aprofundar o essencial ou de mais interesse. Foco no desenvolvimento de competências e habilidades para atuação na sociedade contemporânea. Desenvolvimento da autonomia e do protagonismo para construção do projeto de vida e inserção no mundo do trabalho.</p>
---	--

	Aprender a aprender para solução de problemas e direção da própria vida. Desenvolvimento das competências socioemocionais para se relacionar consigo mesmo e com os outros.
	Desenvolvimento físico, intelectual, emocional e social, portanto, integral.
<b>Mais tempo na escola:</b> ampliação da carga horária com a finalidade de preparar os estudantes para os desafios do século XXI.	Hoje em média, 2.400 horas (800h/ano). Até 2022, pelo menos 3.000 horas (1.000 h/ano). Sem prazo definido, progressivamente, chegar a 4.200 horas (1.400 h/ano).
<b>Novas Abordagens de aprendizagem:</b> abordagens que considerem suas realidades e contextos de inserções. Propostas mais práticas, interativas e diversificadas que estimulam o protagonismo dos estudantes.	Articulação entre teoria e prática. Desenvolver a capacidade de aprender a aprender. Acolher e respeitar as singularidades. Formar os estudantes para a sociedade do século XXI. Análise, reflexão crítica e solução de problemas. Leitura, compreensão, argumentação e produção de textos. Desenvolver as competências socioemocionais.
<b>Novas escolhas:</b> flexibilização curricular conforme a BNCC, diretrizes curriculares e itinerários formativos.	Formação geral básica: desenvolvimento das competências gerais e específicas e habilidades previstas na BNCC para cada área de conhecimento. Projeto de vida: desenvolvimento da autonomia e do protagonismo do estudante com foco na vida pessoal, acadêmica, na escolha da profissão e no exercício da cidadania. Conhecimentos flexíveis: escolha de itinerários formativos (por área e técnico profissional conforme interesse e disponibilidade da escola), eletivas conforme interesse e realidade do estudante.
<b>Mudança no Enem:</b> uma prova relacionada à BNCC e outra abordando o itinerário formativo escolhido pelo estudante.	O novo Ensino Médio não trata especificamente do Enem, mas estão previstas mudanças com provas adequadas à BNCC e ao itinerário formativo escolhido pelo estudante.

**Fonte:** Texto adaptado de Cericato (2020)

O novo Ensino Médio, apresentado como reforma importante e extremamente necessária para a formação pessoal e profissional dos estudantes, oportunizará autonomia e protagonismo antes não existentes, mas exigirá também doação e responsabilidade para essa nova retomada da Educação no Brasil. Para que as alterações curriculares do novo Ensino Médio tenham os efeitos positivos esperados, outras políticas e ações se fazem necessárias. E uma delas é a (re)elaboração dos currículos a partir da BNCC, essencial para colocar em prática a proposta de flexibilização curricular.

Os currículos do novo Ensino Médio terão uma parte referenciada na BNCC (formação geral básica) e os itinerários formativos, que oferecem caminhos distintos aos estudantes, ajustados às preferências e ao projeto de vida de cada um; a oferta considerará as possibilidades das escolas e das redes de ensino. É, principalmente, na escolha do itinerário que se materializa o protagonismo juvenil. Os estudantes matriculados, no Ensino Médio regular, terão a possibilidade de cursar um itinerário formativo técnico ou profissional, juntamente com o curso de Formação Inicial e Continuada (FIC), ou até mesmo um conjunto de FICs, articulados entre

si. Existe ainda a oportunidade de os jovens percorrerem itinerários voltados para uma ou mais áreas de conhecimento, complementados por cursos de FIC.

O novo Ensino Médio amplia a carga horária das escolas de 2.400 horas para pelo menos 3.000 horas totais, garantindo até 1.800 horas para a formação geral básica, com os conhecimentos previstos na BNCC; e o restante da jornada para os itinerários formativos. As escolas terão até março de 2022 para se adaptarem a essas mudanças. Em três anos, o aluno terá o certificado do Ensino Médio e do Técnico ou Profissionalizante conforme sua escolha.

**QUADRO 3: AS MUDANÇAS DO NOVO ENSINO MÉDIO.**

<b>Mudanças ao Novo Ensino Médio</b>	
Flexibilização	60% do currículo do Ensino Médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os estudantes poderão escolher como querem completar os 40% restantes entre as áreas dos “Itinerários Formativos”.
As escolas não são obrigadas a ofertar todos os eixos, mas deve oferecer ao menos um.	1) Linguagem e suas tecnologias. 2) Matemática e suas tecnologias. 3) Ciências da natureza e suas tecnologias. 4) Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.
Mais tempo na escola	A carga horária atual do Ensino Médio é de 800 horas anuais, segundo o MEC; a reforma prevê o aumento gradual até alcançar 1400 anuais.
Hoje:	800 horas
Meta para 2022:	1.000 horas
Expectativa:	1.400 horas

**Fonte:** O autor (2021)

Essas propostas de mudanças possibilitarão transformações importantes tanto aos estudantes como aos educadores e à comunidade escolar. A ideia é que faça diferença não só nas práticas profissionais e estudantis, mas que transforme a realidade dos jovens concretizando os projetos de vida, idealizados e trabalhados no Ensino Médio. Claro que, como toda proposta, há pontos a serem observados, discutidos e trabalhados, pois a realidade de cada unidade escolar é ímpar e, muitas vezes, não permite que as mudanças sejam concretizadas, dependendo de políticas públicas para revitalizações de espaços e implementos tecnológicos conforme necessidades contemporâneas.

## **1.2 AUTONOMIA DOS ALUNOS NA ESCOLHA DE ITINERÁRIOS**

A intenção de formatar o novo Ensino Médio em áreas de saberes será possibilitar aos estudantes a autonomia para a escolha dos itinerários da própria formação e também a formação técnico/profissional. Para Freire (1985, p.16), “a primeira condição para que um ser humano possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir”. A ação só é consciente

quando os excluídos sociais são capazes de compreender a sua própria história e sua identidade. A Educação deve promover a criticidade, a consciência social e moral e a autonomia, atuando como ação prática. Nada vale saber ler e escrever, se a realidade e a história permanecem inalteradas. A proposta para o novo Ensino Médio é permitir aos estudantes, inclusive os de classes menos favorecidas, o protagonismo da própria história e do próprio futuro.

A escolha dos itinerários formativos implica em preparação dos estudantes pelos educadores, conforme projeto de vida. Aqueles poderão, então, fazer escolhas sobre a formação que almejam, levando em consideração os componentes curriculares e a opção técnico/profissional, auxiliados e disponibilizados pela unidade escolar.

**QUADRO 4: POSSIBILIDADES DE ITINERÁRIOS PARA O NOVO ENSINO MÉDIO**

<b>Possibilidades de Itinerários</b>			
OBS: O estudante faz a escolha pelo itinerário apenas no 2º ano.			
Exemplos	1º Ano	2º Ano	3º Ano
1) Neste exemplo, o estudante realiza dois itinerários de forma sequencial. Primeiro um itinerário na área da Matemática e suas tecnologias, e, em seguida, outro itinerário na área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas.		Área de conhecimento: Matemática e suas tecnologias – 800 horas.	Área de conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – 400 horas.
2) Neste, o estudante realiza um único itinerário integrado que mobiliza conhecimentos de Ciências da natureza e Linguagem e suas tecnologias.		Área de conhecimento: Ciências da natureza e suas tecnologias +	Linguagem e suas tecnologias - 1200 horas (A formação acontece no 2º e 3º ano do E.M.).
3) Neste exemplo, o estudante realiza primeiro uma formação técnica/profissional e, em seguida, realiza um itinerário na área de Ciências da natureza e suas tecnologias e outra formação técnica profissional, concomitante,		Formação técnica e profissional – 200 horas. Ex. Programador WEB. Área de conhecimento: Ciências da	+ Formação técnica e profissional – 200 horas. Ex. Eletricista industrial.
no 2º ou 3º ano. É possível cursar dois ou mais itinerários diferentes de forma paralela sem que eles sejam integrados.		natureza e suas tecnologias – 800 horas	

**Fonte:** O autor (2021)

Os itinerários, segundo a BNCC, deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino. Assim, os currículos e as propostas pedagógicas devem garantir as aprendizagens essenciais definidas na BNCC. Essas aprendizagens expressam as finalidades do

Ensino Médio e as demandas de qualidade dessa formação, na contemporaneidade, bem como as expectativas presentes e futuras dos jovens.

O novo Ensino Médio apresentará eixos estruturantes que articulam os saberes, dando sentido à aprendizagem e às necessidades dos jovens, que farão as escolhas complementando os eixos estruturantes com itinerários em conformidade ou que mais se aproximam do projeto de vida. Será possível, também, a troca de itinerário, caso necessário, conforme vontade do estudante, obedecendo regras pré-estabelecidas. É importante destacar que a escolha dos itinerários, pelos estudantes, necessita de apoio da comunidade escolar. Dentre as regras, seguem algumas:

- 1) Definir regras claras sobre o que e como podem escolher em relação ao currículo.
- 2) Ajudá-los a identificar interesses, aptidões e objetivos e a conectar suas escolhas aos projetos de vida.
- 3) Garantir que tenham possibilidades de escolha, desde o 1º ano do Ensino Médio, mesmo que a definição do Itinerário Formativo ocorra somente no 2º ano.
- 4) Permitir aos estudantes a troca de Itinerários Formativos, aproveitando os estudos realizados no Itinerário anterior, no caso de mudança.

Espera-se que, com as escolhas autônomas, os estudantes tenham mais responsabilidade para com suas atividades de estudante, inclusive em relação ao absentismo e à evasão, aos estudos e às pesquisas e, é claro, à aprendizagem escolar.

### **1.3 ENSINO MÉDIO: TRANSFORMAÇÕES E PROJETOS**

A BNCC integra a Política Nacional da Educação Básica que visa contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da Educação. Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação e enseje a colaboração e a qualidade da educação garantindo um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes.

Uma das marcas de nosso tempo que influi, especialmente, nos jovens e nos seus grupos de convivência são as tecnologias digitais, que apresentam fortes apelos de consumo e simbolismos, alterando as formas de leitura da sociedade e do mundo, as formas de convivência, de comunicação, de participação política e de produção do conhecimento, interferindo nas relações sociais individuais. É interessante e necessário oportunizar o uso da análise crítica dos

conteúdos apresentados pelas novas tecnologias, dando autonomia às suas potencialidades e evidenciando seus limites e riscos nesta nova configuração de mundo.

A autonomia para tomada de decisões no dia a dia, o protagonismo juvenil para construção de atitudes éticas e a promoção da construção de aprendizagem são fundamentais no Ensino Médio, mobilizando planos e processos didáticos nas diferentes linguagens: textuais, imagéticas, artísticas, gestuais, digitais, tecnológicas, gráficas e cartográficas, o que abrange uma leitura multidisciplinar, uma viagem pelos componentes curriculares. Os planos de ensino e de aula, os meios didáticos aplicados podem ser diversificados, mas o objetivo central, o arcabouço da reflexão, das escolhas e do projeto devem centrar-se no conhecimento do Eu, do Outro, no enfrentamento dos conflitos, na viabilidade de conciliação e nas propostas de soluções.

A consciência crítica é o *start* à libertação pelo compromisso e pelo autoconhecimento e só acontece no processo formativo por meio da Educação. A escola deve, então, propiciar um ambiente de libertação e não dominação para o estudante, para a comunidade escolar e para a sociedade. Espera-se que os jovens, ao cumprirem sua jornada básica e técnica, articulando os saberes para uma formação ampla, responsável e autônoma, ao concluírem o Ensino Médio, estejam aptos para o mundo do trabalho, com melhores opções de ascensão social, mesmo sem seguir uma trajetória universitária.

Se as TDIC são de uso natural e contínuo, usadas continuamente nas necessidades básicas por esta geração, também, poderão ser utilizadas nesta etapa de conhecimento. Para tanto, é extremamente importante novas metodologias de alfabetização midiática para o uso das tecnologias, nivelando a comunidade escolar para os novos horizontes propostos. Os componentes curriculares, mediados pelas TDIC, deverão propiciar, aos estudantes do Novo Ensino Médio, aprofundamento dos conteúdos, formação humanística, cidadã e técnica para ingresso no mundo do trabalho conforme artigo 214 da Constituição Federal do Brasil (1988).

#### **1.4 AS TDIC NO PROCESSO FORMATIVO CONTEMPORÂNEO**

A contemporaneidade possui características e marcas próprias do desenvolvimento industrial e tecnológico. As tecnologias digitais apresentam novas possibilidades de interação social, de pesquisas e de interculturalidade, sendo muito intensa e envolvente, principalmente, entre os jovens da faixa etária correspondente ao Ensino Médio. São capazes de alterar as formas de leitura do mundo, práticas de convívio, comunicação, participação política e

produção de conhecimento, interferindo efetivamente na formação e no crescimento individual humano, social, profissional e afetivo.

Será necessário oportunizar o uso e a análise crítica sobre as novas tecnologias, explorando potencialidades e evidenciando limites na configuração da sociedade e no mundo atual. A Educação passa por momentos difíceis, como a falta de investimentos, de aprendizagem dos estudantes, de aperfeiçoamento contínuo dos professores, de violências das mais variadas, da descrença no poder da educação na vida pessoal do estudante, o que dificulta o acesso ao conhecimento, mas deve ser apresentada aos estudantes como forma de ascensão social e como subsídio para formação pessoal e profissional, instigando a curiosidade e a construção da própria história. De acordo com Paulo Freire,

[...] o ato de estudar, enquanto ato curioso do sujeito diante do mundo, é expressão da forma de estar sendo dos seres humanos, como seres sociais, históricos, seres fazedores, transformadores, que não apenas sabem, mas sabem que sabem (1989, p.58-59).

É desafiador a possibilidade de oferecer, aos jovens, novas perspectivas vocacionais aliadas às tecnologias, pois faz parte da contemporaneidade essa parceria homem/tecnologia digital. A tecnologia já está presente na vida de todos. É importante utilizar esse momento para reinventar a Educação, ofertar curiosidades a partir dos dispositivos móveis que estão ao alcance de todos.

A configuração desse novo momento se abre por intermédio das TDIC como uma nova maneira para interpretar o mundo e nossas ações. Importante entendermos as novas perspectivas e formas dessa leitura na contemporaneidade. As constantes transformações sociais e tecnológicas, aliadas a dispositivos móveis impõem às escolas a necessidade de se reinventar para atender as demandas e situações complexas em seu cotidiano, tornando-a mais interessante e atrativa para os estudantes. A escola deve ser reestruturada pensando numa visão de letramento midiático, adaptando-se para atuação nas diversas situações com a qual possa se deparar. Diante disso, Rojo (2012, p.22) “aponta para a necessária adaptação do espaço pedagógico escolar que estimule a criação e a transmissão de conhecimento”.

Sendo assim, é importante ressaltar que o estudante traz consigo cultura e conhecimento das diferentes experiências obtidas. Transformações, adaptações e adequações tanto físicas, emocionais quanto culturais contribuirão para a construção do próprio conhecimento e da personalidade como sujeito social. E as TDIC possibilitam a construção do conhecimento de forma diferente, sendo necessário e possível se adaptar ao novo, criando perspectivas e novos significados das práticas educacionais. As novas tecnologias oportunizam

novos rumos e letramentos a todos, desde as crianças analfabetas, do ponto de vista escolar, dos anos iniciais, mas que estão inseridas nas novas exigências da sociedade atual, ou seja, conhecem e utilizam os brinquedos e jogos digitais.

Sobre a diversidade de linguagens, Rojo (2012, p. 23) expõe que “as mídias digitais são gêneros que permitem a interação com outras culturas e em diferentes níveis de apropriação, pois tais gêneros midiáticos são capazes, na grande maioria, de ressignificar qualquer um deles”.

É necessário refletir os significados de educação e educar como ato responsável, devendo, para tal, redesenhar a prática de letramento em toda sua diversidade, refletindo o momento, pois os estudantes são nativos da era digital. Assim sendo, conhecer a melhor forma de apresentar o conhecimento, conforme aptidões produtoras e receptoras daquele nativo que busca aprender de forma proficiente a linguagem escrita, falada, digitalizada ou simbólica, será o primeiro passo a ser considerado na nova perspectiva de escola.

Com a inserção das TDIC, no ambiente escolar, é importante pensar perspectivas diferenciadas para que a escola possa propiciar experiências diversificadas, explorando potencialidades diferentes, tornando-se um ambiente propício à construção do conhecimento. Não prender as potencialidades significa deixar que a imaginação se torne ação e a curiosidade realidade.

A questão da tecnologia, na Educação, é tão importante que muitos teóricos já refletiram sobre essa prática e possibilidades. Para Fofonca (2015, p.21), “a sociedade contemporânea vive à ubiquidade tecnológica em sua plenitude”. Esse novo momento fortalece uma reaproximação aluno/escola no sentido de novas práticas interdisciplinares e híbridas, unindo qualificações e avanços tecnológicos, cultura digital e Educação. Uma ruptura com os velhos ou atuais paradigmas. Não é só tecnologia, é campo vasto de conhecimento, ou redes de conhecimento. Assim, descreve Fofonca,

[...] a compreensão da cultura digital e do seu reflexo na educação está em processo de reconhecimento, no entanto mesmo que, de maneira não tão possível, possibilita a ideia de redes de conhecimento e saberes, os quais alteram o ensino e a aprendizagem dos espaços formais (escolarizantes/organizações de ensino) e não formais de ensino (mídias, redes digitais, conhecimentos produzidos pela humanidade em contato com seus pares (2015, p.34).

Uma verdadeira revolução tecnológica: informação, formação e conhecimento. Sociabilidade numa sociedade de redes mediada pelas mídias digitais, que, por sua vez, são oriundas da cultura digital; faz-se necessário produzir cultura. Segundo Fofonca:

Os estudos acerca da cultura digital são muito importantes para se pensar fundamentos e temáticas em arte, ciência e tecnologia e arte/educação contemporânea, pois ao conectar tantas pessoas em contextos de diversidade cultural, abrem possibilidades de acesso a informações de trabalho e de diálogo impensáveis até bem pouco tempo atrás (2015, p.35).

Tanto ciência como tecnologia devem estar a serviço das necessidades humanas.

E, assim, propõe Santos (2005):

As tecnologias digitais de comunicação e informação estão possibilitando muitas mudanças. As redes, não são só de máquinas e de informação, mas principalmente de pessoas, tribos e comunidades, estão permitindo configurar novos espaços de interação e de aprendizagem. Tais possibilidades estão pondo em xeque o papel e o “poder centralizador” dos professores na contemporaneidade. Em potência não há mais emissores (professores) e receptores (estudantes) como dois grupos distintos com mensagens estáticas, e sim, um grande grupo emissor-receptor que pode constantemente reconstruir conhecimentos (SANTOS, 2005, p. 18).

Esse processo perfaz uma hibridização de culturas, um processo de estranhamento e desnaturalização cultural e social. Nesse sentido, é imprescindível determinar metodologias pedagógicas criativas a serem trilhadas para que o processo de ensino e de aprendizagem possa atingir objetivos teóricos e práticos. Portanto, uma releitura dos processos anteriores se faz necessária para uma ressignificação educacional aberta às TDIC neste momento atual e no futuro. Entretanto, há também desafios e desigualdades a serem superados, conforme Fofonca:

Uma questão-chave está em compreender que a cultura digital apresenta desafios ainda mais amplos para as organizações de ensino, principalmente porque para que seja difundida e trazida plenamente à sociedade, enfrenta em seu cerne a desigualdade de acesso aos recursos tecnológicos, que em sua plenitude, potencialmente, constroem espaços contextualmente digitais (FOFONCA, 2015, p.36).

Fofonca apresenta outra possibilidade de desigualdade, uma barreira que impedirá o acesso às oportunidades e ao conhecimento, a aquisição dos recursos tecnológicos, expondo uma nova forma de desigualdade, a desigualdade social tecnológica. A internet passa a ser ferramenta para intermediar o conhecimento e o desenvolvimento social e global, seja do estudante, seja do professor. O uso de tecnologia nas variadas pedagogias de ensino não garante uma prática inovadora. É necessário aproximar a cultura digital ao ensino presencial (híbrido), inserindo e integrando todos ao universo tecnológico. Portanto, é necessário construir espaços virtuais formativos presenciais e remotos, não só aos professores, mas, extensivo à comunidade escolar, conforme habilidades necessárias ao desenvolvimento eficaz de suas funções.

A história nos apresenta continuamente a expansão tecnológica e descobertas científicas recolocando o homem como artífice do conhecimento. Essa é uma necessidade atual: conhecer as próprias realidades, indicar novos paradigmas e ressignificar a Educação, tendo as

TDIC como dispositivo indispensável e relevante. A inserção das TDIC, em ambientes escolares, será importante para pensar perspectivas diferenciadas a partir de experiências e práticas exitosas, explorando potencialidades e tornando-se um ambiente propício à construção de conhecimento. Kenski afirma que:

[...] as mudanças contemporâneas advindas do uso das redes transformaram as relações com o saber. As pessoas precisam atualizar seus conhecimentos e competências periodicamente, para que possam manter qualidade em seu desempenho profissional (KENSKI, 2012, p.47).

Dessa forma, educar transforma-se em atividade planejada e estruturada. A escola necessita de um planejamento que articule a construção de uma matriz curricular interdisciplinar. Conhecimentos provenientes das diferentes disciplinas curriculares darão origem a múltiplos saberes. Ressignificar a Educação significa aproximar as TDIC aos componentes curriculares, planejar a multidisciplinaridade e acolher as experiências. Uma nova roupagem, remodelando o processo educativo.

Um fator preponderante será evidenciar e superar as divisões e segmentações existentes nos ambientes escolares para implantação dos trabalhos multidisciplinares. Enfrentar os problemas e ineficiências das ações pessoais, assim como o abandono das políticas públicas, no que se refere às condições básicas de trabalho, não pode impedir a escola de exercer seu papel fundamental: a Educação.

Nessa proposta, há uma dupla ação necessária aos profissionais da Educação: cooperação e superação. O professor, na ação profissional, desenvolve diferentes saberes, pois possui a experiência de se relacionar com o ensino e com a aprendizagem na sala de aula, bem como em outros espaços da escola. Portanto, está em constante interação com seus formandos, trocando experiências. Para isso, a formação contínua dos professores se torna um diferencial para as novas práticas e troca de saberes, construindo uma pluralidade de ações pedagógicas no processo contínuo de aprendizagem e de profissionalização. Essa ressignificação implica uma releitura, substituindo as antigas práticas pedagógicas por novas perspectivas que possibilitem, aos estudantes, uma Educação abrangente, como bem individual, insubstituível e universal.

## **CAPÍTULO II**

### **COMPETÊNCIAS GERAIS DA BNCC À EDUCAÇÃO BÁSICA E ESPECÍFICA ÀS ÁREAS DO ENSINO MÉDIO**

A BNCC determina os direitos de aprendizagem dos estudantes da Educação Básica no Brasil. Possui dez (10) Competências Gerais a serem trabalhadas em todas as etapas, no intuito de garantir o padrão de qualidade e a serem desenvolvidas pelos estudantes, permeando cada um dos componentes curriculares, habilidades e aprendizagens essenciais. Essas competências indicam o norte das escolhas curriculares para as escolas e para os alunos. Foram definidas a partir dos direitos éticos, estéticos e políticos assegurados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores essenciais para a vida dos estudantes no século XXI.

Na construção da BNCC, considerou-se competência como a mobilização de conhecimentos, habilidades, ações ou atitudes e valores para solução de demandas do dia a dia, do exercício da cidadania e do mundo do trabalho. As competências permitem aos estudantes desenvolverem plenamente cada uma das habilidades e aprendizagens essenciais estipuladas pela BNCC. Por meio das orientações por competências, o estudante é convidado a deixar a situação inerte, na sala de aula, apenas compreendendo conceitos para vivenciar o dia a dia, para propor e testar soluções em situações ligadas à realidade que o cerca. O estudante é motivado a interagir e assumir papel participativo na escola e na sociedade, capaz de construir e argumentar, expressando os próprios valores e princípios.

De acordo com a LDB de 1996, a última etapa da Educação Básica tem as seguintes funções:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e para a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Ao longo da Educação Básica (da Educação Infantil ao Ensino Médio), a BNCC propõe o trabalho com dez Competências Gerais, além de Competências Específicas para cada

área de conhecimento no Ensino Médio. Assim, a BNCC propõe uma escola que acolha a juventude, estabelecendo objetivos para que essa proposta seja executada. Os objetivos se dividem em:

- I – preparação básica para o trabalho e a cidadania;
- II – aprimoramento do educando como pessoa humana;
- III – compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos.

## 2.1 DECIFRANDO AS COMPETÊNCIAS BÁSICAS

A proposta da BNCC coloca o estudante como construtor e não como simples depósito da informação e do conhecimento, refletindo e vivendo a aprendizagem, ou seja, o conhecimento no dia a dia, sua dinamicidade e respeito às individualidades.

O mapa mental, abaixo, apresenta as dez competências gerais, da BNCC, a serem trabalhadas na Educação Básica.

**QUADRO 5: COMPETÊNCIAS GERAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.**



Fonte: O autor (2021)

### 2.1.1 Competência 1 – Conhecimento

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade (fatos, informações, fenômenos e processos culturais, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e naturais), continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Essa competência vislumbra um estudante ativo que compreenda a importância da aprendizagem, que reflita como se constrói o conhecimento, com autonomia na apreensão nos variados

contextos, dentro e fora da escola. Ela articula e dialoga com todas as áreas, tornando o estudante capaz à busca de informação e de avaliar as fontes confiáveis de acesso a informações, compreendendo conceitos como de direito de propriedade e privacidade fazendo uso ético das pesquisas.

O estudante deverá fazer conexões entre a aprendizagem e o cotidiano, organizando os conhecimentos adquiridos, construindo e incorporando estratégias de apreensão das informações obtidas, além da capacidade de utilizar o conhecimento para solução dos problemas complexos conforme sua realidade, faixa etária e segmento de ensino. O conhecimento é interminável. Aprende-se a cada dia, são reflexões, perspectivas e soluções das situações e problemas que são apresentados a cada pessoa. O conhecimento é a luz que apresenta soluções às indagações pessoais; é imortal e capaz de transformações pessoais e sociais.

Portanto, o conhecimento deve ser desenvolvido nas perspectivas social, física, emocional e cultural, garantindo uma educação integral. O foco é o desenvolvimento e aplicação do conhecimento nas demandas do cotidiano. Dessa forma, o conhecimento corrobora para construir uma sociedade justa, inclusiva e democrática. No final do Ensino Médio, os estudantes, com autonomia e autoconhecimento, deverão aplicar os conceitos apreendidos, propor conexões, atribuir e organizar os conhecimentos para a tomada de decisões na própria vida e na sociedade, tomando decisões assertivas na solução de problemas, gerando mudanças e novos conhecimentos.

Se o conhecimento gera transformações, sua concepção e construção hoje necessitam ser revisadas em suas metodologias pelos profissionais de Educação. Para tanto, é necessário formação contínua e mudanças de paradigmas, também, na Educação Superior para a formação de professores.

### **2.1.2 Competência 2 – Pensamento científico, crítico e criativo**

A BNCC pretende estimular a curiosidade intelectual, construir e elaborar a estrutura do pensamento, em hipóteses e objetivos, assim como na produção científica. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade para investigar, elaborar e experimentar hipóteses, apresentar e resolver problemas criando soluções, inclusive tecnológicas, com base nos conhecimentos das diferentes áreas. Essa competência trata da evolução do raciocínio

construído por várias estratégias, privilegiando indagações, análises críticas e a busca por resultados criativos e inovadores.

O estudante deve desenvolver a capacidade de reflexão, relacionando e comparando ideias práticas de pesquisas para obtenção dos conhecimentos necessários para desenvolver senso e processos de pesquisa e de investigações, atingindo objetivos e solucionando problemas. O uso do conhecimento em laboratórios, experimental e na própria escola, visa a possibilidade de autonomia dos alunos, preparando os mesmos ao mundo do trabalho científico, tecnológico e ao exercício da cidadania, oferecendo aos estudantes participação no próprio processo de conhecimento.

A investigação é uma prática que ultrapassa os muros escolares, contribuindo na solução de situações/problemas, seja elaborando hipóteses, colhendo e interpretando dados, analisando o processo, buscando e comunicando resultados. O pensamento científico estabelece relações particulares com o contexto social, aliando as tecnologias ao desenvolvimento e ao processo científico. Uma estratégia possível é o estímulo à curiosidade para solução de situações próprias de nosso tempo. As notícias em tempo real, o acesso às informações de qualquer natureza e as *fake news*, com conceitos consolidados, necessitam uma leitura crítica apurada. A própria investigação servirá como estratégia de debates e confrontos de ideias na própria sala de aula. A argumentação frente às situações do cotidiano, a criticidade e a criatividade dos estudantes contribuirão na resolução de problemas atuais e na formação pessoal e social.

### **2.1.3 Competência 3 – Repertório Cultural**

O repertório cultural é importante na formação e no desenvolvimento dos estudantes, individualmente e enquanto cidadãos. A BNCC propõe a valorização das diversas manifestações e produções artísticas e culturais. O repertório cultural se torna essencial para os estudantes conviverem com a diversidade na escola e, conseqüentemente, na sociedade, respeitando as diferenças, fator importante para a sociedade inclusiva. Conteúdos e práticas, dessa competência, apresentam aos estudantes conhecimentos propícios à interação e ao diálogo social de forma efetiva, promovendo os direitos humanos.

O artigo 210, da Constituição de 1988, assegura a importância do repertório cultural sobre o indivíduo e sobre a sociedade e, por isso, deve ser trabalhado na Educação: “Serão fixados conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, regionais e nacionais”.

O tempo e o espaço transformam e atualizam a cultura. A diversidade cultural é uma manifestação da pluralidade de identidades, característica de grupos sociais que compõem a sociedade. É fonte de inovações, criatividade e interações. É patrimônio da humanidade a ser reconhecida e solidificada em benefício desta e das futuras gerações.

#### **2.1.4 Competência 4 – Comunicação**

A comunicação é uma arte em suas diferentes formas de se apresentar, de se fazer entender, de transmitir pensamentos e raciocínios, de formar mentes (mesmo quando não há palavras) e um aspecto importante na vida pessoal, social e profissional. Comunicar bem abre portas, principalmente, no mundo do trabalho, portanto, uma competência a ser aperfeiçoada diariamente. Uma boa comunicação traz consigo, além do conhecimento, a empatia, a naturalidade, a confiança e a credibilidade, para tanto é necessário clareza e veracidade. Toda comunicação possui agentes importantes que são o emissor, o receptor, a mensagem, o canal de comunicação e o *feedback*. Em consonância, esses agentes formam opiniões assertivas e são canais de mudanças, tanto pessoais como sociais.

Na comunicação, a linguagem também apresenta aspectos de suma importância e com singularidades. O excesso de informação, a apresentação das ideias e as formas de oralidades ou escrita influenciam seus receptores e suas análises para aceitarem ou não tais informações. Evitar sentidos dúbios para que a interpretação não seja equivocada e desviada do sentido inicial, é parte integrante da comunicação. Essa competência apresenta as diferentes linguagens: 1) verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita); 2) corporal; 3) visual; 4) sonora e 5) digital, bem como conhecimento das linguagens artísticas, matemática e científica, expressando e compartilhando informações, experimentos e ideias nos diferentes contextos sociais.

O estudante deve desenvolver a arte da escuta, ouvindo outras pessoas com atenção e respeito pelas informações e sentimentos. Assim, este aprende a arte de expressar opiniões, ideias, sentimentos e emoções de forma verbal. De posse da arte da escuta e da expressão (fala), poderá exercer o diálogo (discussão) de forma clara e objetiva, colaborando com outras pessoas na busca do entendimento, formulando questões, buscando respostas e avançando na busca da verdade.

A BNCC orienta, ainda, a utilização, a elaboração e a divulgação de tecnologias digitais para a comunicação. A escola deverá apresentar aos alunos condições necessárias para que os estudantes possam elaborar e construir conhecimentos, assim como apresentar e comunicar à comunidade escolar e à sociedade.

### 2.1.5 Competência 5 – Cultura Digital

Um dos propósitos da BNCC é a formação dos estudantes com conhecimentos e/ ou com habilidades essenciais para o século XXI, com recursos e práticas pedagógicas perpassadas pelas tecnologias. Nesse sentido, a tecnologia permeia a BNCC, apresentando formas de como aplicar a tecnologia na prática educativa. A utilização das TDIC, na atualidade, é natural, sendo importante apresentar aos estudantes, de forma responsável, ética, crítica e reflexiva, para se comunicarem, acessando e disseminando informações, produzindo conhecimentos e solucionando problemas.

Segundo a BNCC, as diferentes linguagens (oral ou escrita) expressam e partilham informações, experiências e sentimentos em diferentes contextos entendimentos, exercendo o protagonismo. Espera-se a redução das desigualdades educacionais do país, não apenas nivelando, mas elevando a qualidade do ensino pela diversificação das linguagens na sala de aula, produzindo um entendimento coletivo. Frente a essa normatização, o investimento em tecnologia educacional torna-se imprescindível, aproximando a Educação da realidade dos estudantes. Os meios digitais apresentam recursos disponíveis para os professores na arte de ensinar, expandindo possibilidades de compreensão e aprendizado dos estudantes. Os jovens hoje estão acostumados com ambientes virtuais e os professores poderão utilizar e explorar esses recursos na Educação formal, produzindo conteúdo de forma colaborativa, como sala de aulas virtuais e *blogs*.

**QUADRO 6: FERRAMENTAS QUE PODEM SER UTILIZADAS EM SALAS DE AULA.**

<b>Ferramentas gratuitas</b>	
Google Slides	Apresentação de slides.
Prezi	Apresentação em formato de mapas mentais.
Youtube	Edição e compartilhamento de vídeos.
Powtoon	Produção de vídeos e animações.

**Fonte:** O autor (2021)

A escola deve se aproximar, ao máximo, da realidade dos estudantes, gerando interesse, atualizando os materiais didáticos e tendo as TDIC como tema e meio de aprendizagem.

### 2.1.6 Competência 6 – Trabalho e projeto de vida

A competência Trabalho e projeto de vida também considera a cultura como relevante no processo de desenvolvimento pessoal, social e profissional. Valorizar a diversidade de

saberes e vivências culturais; apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações do mundo do trabalho, ter autonomia nas escolhas, alinhando-as ao exercício da cidadania e ao próprio projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. Essa competência está prevista pelo PNE, desde 2014, para o novo Ensino Médio, no intuito de proporcionar maior significado e mais aprendizagens, adequando objetivos e planos propostos no projeto de vida.

O mundo do trabalho sofre com as mudanças da sociedade, que também sofre com as transformações contínuas, com necessidades distintas, conforme o contexto histórico. Diante de um crescimento tecnológico, em constante transformação, as profissões, no mundo do trabalho contemporâneo, também, sofrem transformações. Muitas profissões estão desaparecendo do cenário profissional, enquanto outras estão surgindo devido às necessidades do uso das ferramentas tecnológicas às transformações sociais. As escolas, presentes nesse contexto de transformações, adéquam-se para oferecer aos estudantes uma proposta que os aproxime desse contexto tecnológico.

O projeto de vida propiciará, aos alunos, traçar planos de estudos, metas e escolhas dos itinerários formativos da forma mais assertiva possível. A partir do projeto de vida, a escola poderá trabalhar o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), o autoconhecimento, a ética, a autoconfiança e a alteridade dos estudantes. Na prática, o projeto de vida busca a formação dos jovens para o mundo e para os desafios individuais e profissionais. É um trabalho cuidadoso por parte dos gestores e dos professores que atuam como orientadores vocacionais, observando para que esse projeto não seja apenas rotina de tarefas e acúmulos de função. Também está orientado por princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, respeitando os anseios de cada estudante frente a decisões importantes.

Nesse novo contexto educacional, o projeto de vida possui importância central para que os estudantes façam as escolhas do itinerário formativo e do curso técnico/profissionalizante.

### **2.1.7 Competência 7 – Argumentação**

A BNCC propõe a construção da capacidade de argumentar, baseando-se em fatos, em informações e em dados confiáveis, para formular, defender e negociar ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável, em âmbito local, regional e global, posicionando-se

eticamente em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. A capacidade argumentativa deve ser formada e estimulada, pois é uma competência importante na atualidade e deve ser conduzida de forma responsável pelos docentes em sala de aula.

O destaque é para a capacidade de construir argumentos, opiniões e conclusões qualificadas e debater as colocações dos outros com respeito. Inclui consciência e valorização da ética, dos direitos humanos e da sustentabilidade social e ambiental, como referências essenciais no aprendizado dessa competência para orientar o posicionamento dos estudantes. Percebe-se a necessidade de se trabalhar a multidisciplinaridade para atender às demandas que essa competência solicita.

As salas de aulas devem proporcionar um ambiente seguro e adequado à capacidade de construir argumentos, opiniões e conclusões, criando ambiente favorável para as manifestações dos estudantes, com respeito às colocações de outros, valorização da ética e dos direitos humanos, para que cada um possa exercer seu posicionamento. Os debates podem surgir nas aulas de qualquer componente curricular, conforme especificidades, traçando observações e comparações sobre o mundo real, fazendo com que o aluno se posicione diante dos temas propostos em cada componente. Um debate não tem vencedores, mas apreensão de conhecimento mediante pensamentos diferentes.

O educador deve mediar o debate, permitindo aos estudantes livre expressão, conduzindo-os para que tenham uma argumentação individual, clara e fundamentada, sem preconceitos, sempre respeitando a capacidade de escuta e o respeito para com os outros. Nas apresentações, os estudantes devem expor sentimentos e conhecimentos, construindo a capacidade argumentativa, além de serem conscientes em relação à capacidade de ouvir perante o grupo, desenvolvendo a alteridade e a construção dos pontos de vista, a ordem e o respeito.

Nesta competência, os estudantes desenvolverão opiniões e argumentos, fundamentados em pesquisas e evidências, de forma ordenada, coerente e compreensível aos ouvintes. Serão capazes de expressar significados e fazer conclusões, expressando os próprios pontos de vista, com firmeza e respeito, mesmo que as opiniões e argumentos sejam divergentes dos seus.

### **2.1.8 Competência 8 – Autoconhecimento e autocuidado**

Esta competência descreve a necessidade de se conhecer, apreciar e cuidar da saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas. Trata do aprendizado que

crianças e jovens devem adquirir a respeito de si mesmos, sendo capazes de identificar pontos fortes e fracos, lidando com emoções e mantendo a saúde física e o equilíbrio emocional. É papel do educador incentivar a coragem de enfrentar dificuldades e promover, em sala de aula, um ambiente seguro para que o estudante se manifeste ou aja sem julgamento, conforme a ética e os direitos humanos. Os julgamentos e humilhações devem ser veementemente proibidos, pois corre o risco de impactos negativos por toda a vida do estudante.

A escola deve possibilitar segurança ao aluno, um ambiente sem preconceito e propício ao desenvolvimento do conhecimento e, principalmente, do autoconhecimento, valorizando a autoestima, respeitando as diferenças e superando obstáculos e barreiras que a vida lhe oferecer. Propiciar apoio às aprendizagens dos estudantes, dos componentes curriculares e das competências será tarefa da escola e dos educadores, fornecendo formação sólida diante do processo de transformação técnica e física que convivem diariamente.

Nesse processo, os estudantes deverão desenvolver o senso coerente de si e dos outros; desenvolver pontos fortes e compreender os fracos; estar atentos aos desafios do cotidiano e reconhecer emoções e sentimentos, mantendo o equilíbrio, a tranquilidade e a segurança.

### **2.1.9 Competência 9 – Empatia e Cooperação**

Esta competência está diretamente ligada ao respeito. Ao promover a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, ela vem na bagagem e na promoção do respeito ao próximo. Empatia e cooperação é outra competência que envolve a cultura. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de outra natureza, identificando-se como parte de um grupo social com o qual deve se comprometer e respeitar.

Exercitar a empatia possibilita não só respeitar o outro, mas também promover o respeito ao outro, valorizando sem preconceito as diferentes culturas, indivíduos e grupos sociais, sabendo que eu também sou o outro para alguém. Significa, ainda, o comportamento individual em situações de conflitos e nas soluções de conflitos ao abordar a compreensão, a solidariedade, o diálogo, o respeito às diferenças de qualquer natureza (política, econômica, social e individual). Dessa forma, os docentes devem estar preparados para abordagem dos temas de forma clara, concisa e aberta.

Esta competência promove e amplia o desenvolvimento social dos estudantes com ações e comportamentos em relação ao outro, respeitando qualquer natureza de diversidade. Na sala de aula, esta competência pode ser abordada em diferentes temas, como: guerras, crise econômica, violência, impactos naturais, convivência e cultura. É importante destacar a convivência entre as diferenças para realização e estabelecimento da paz social. A cooperação pode ser observada no comportamento dos estudantes nos trabalhos em equipe; a socialização e a alteridade de cada um para com o outro poderá ser abordada e incentivada no cotidiano, dentro e fora da escola, para a vida toda.

Nesse processo, os estudantes deverão desenvolver a valorização da diversidade, a alteridade, o diálogo e a convivência.

#### **2.1.10 Competência 10 – Responsabilidade e Cidadania**

A competência Responsabilidade e Cidadania aprimora a autonomia pessoal e coletiva, responsável, flexível e resiliente, determinando as decisões com base em conhecimentos adquiridos e construídos na escola, conforme princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. Estabelece a necessidade de ampliar, ao estudante, a consciência de que podem ser agentes na transformação e construção de uma sociedade democrática, justa e solidária.

Responsabilidade e cidadania visam a participação e a autonomia como potencialidades de uma sociedade justa e solidária. Assim, é importante a construção de conhecimentos significativos e contextualizados, relacionando-os às demandas do mundo contemporâneo. Formar cidadãos para o futuro vislumbra uma escola aberta, conhecedora de que essa formação ultrapassa as relações de ensino e de aprendizagem, de professores e de alunos, mas a construção de um processo colaborativo de toda comunidade escolar, formando cidadãos para a vida e para os desafios.

Ao assumir a tarefa de formar cidadãos, a escola assume a necessidade de repensar práticas metodológicas e ações inovadoras que produzam impactos positivos aos estudantes. O desafio de educar para a cidadania exige mudanças, esforços e aperfeiçoamento por parte dos docentes, gestores e comunidade escolar. É importante a criação de espaços para o diálogo e para o debate que possibilite conhecer direitos e deveres enquanto cidadãos; decisões e escolhas baseadas em princípio ético considerando sempre o bem comum; refletir os impactos das próprias ações sendo responsáveis pelo futuro; desenvolver a liderança, a participação e a

autonomia mediante projetos, visando soluções de problemas que afetam o mundo em que vivem: casa, escola, bairro e a cidade.

A escola, por meio de uma gestão participativa e democrática, contribuirá para transformações, não só da própria unidade como também da comunidade na qual está inserida: estudantes, funcionários, família e comunidade como parte do fazer pedagógico, compartilhando e agregando responsabilidades no processo de transformação. A competência Responsabilidade e Cidadania deve estar presente no dia a dia do ensino pedagógico. Os alunos precisam saber, neste percurso, posicionar-se, considerando o bem comum (direitos e deveres); consciência e responsabilidade nas tomadas de decisão; refletir e analisar ações que impactam na sociedade aprimorando sempre; tomar decisões e posicionar-se conforme princípios éticos e assumindo liderança.

As dez competências apresentadas pela BNCC deverão ser desenvolvidas e estimuladas durante toda Educação Básica. Com esse objetivo, pretende abandonar a proposta de metas conteudistas, com testes, atividades e avaliações pedagógicas. Todas as competências buscam desenvolver e estimular a responsabilidade social de forma que o estudante se sinta protagonista e parte fundamental e integrante do processo educacional e social.

## **2.2 COMPETÊNCIAS GERAIS REFERENTE ÀS ÁREAS DO NOVO ENSINO MÉDIO**

O conceito de competência, adotado pela BNCC, tem o compromisso com a Educação Integral, com foco e indicação do que os alunos devem “saber”, considerando habilidades, atitudes e valores e o que devem “saber fazer”, considerando a mobilização das habilidades, atitudes e valores para resolver problemas cotidianos para o exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Isso se deve à imposição de um olhar inovador e inclusivo para questões essenciais do processo educativo, tais como: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem e como avaliar o aprendizado. Nesse contexto, o se reconhecer no contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, crítico, participativo, resiliente e responsável requer mais do que informações.

Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades (BRASIL, 2017, p.14).

A BNCC explicita seu compromisso com a Educação Integral e reconhece que a Educação Básica deve propor a formação para a cidadania e para o desenvolvimento humano integral, assumindo uma visão plural e integral dos estudantes, colocando-os como sujeitos da aprendizagem.

A escola, como espaço de aprendizagem e democracia inclusiva, comprometida com a construção intencional de processos educativos, deve se fortalecer na prática e na formação da não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e às diversidades, promovendo possibilidades conforme interesses dos estudantes e desafios contemporâneos.

As competências específicas para o Ensino Médio reafirmam as competências gerais da Educação Básica, tendo como pretensão subsidiar os sistemas de ensino na construção dos currículos e propostas pedagógicas.

Assim, cada área de conhecimento apresenta seu papel na formação dos estudantes do Ensino Médio, explicitando seus objetos de conhecimento conforme características e especificidades dessa etapa de formação e estabelece competências específicas a serem desenvolvidas.

### **2.2.1 Área de Linguagem e suas tecnologias**

A área de Linguagens, no Ensino Médio, está centrada na ampliação da autonomia, do protagonismo e da autoria nas práticas de diferentes linguagens; na identificação e na crítica aos diferentes usos das linguagens, explicitando seu poder no estabelecimento de relações; na apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais e no uso criativo das diversas mídias.

#### **Competências Específicas de Linguagens e suas Tecnologias - Competência**

##### **Específica 1:**

Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo (BRASIL, 2017, p. 483).

Essa competência específica oportuniza aos estudantes, do Ensino Médio, que desenvolvam a compreensão e a análise aprofundadas e sistemáticas do funcionamento das diferentes linguagens. Prevê, ainda, que os estudantes explorem e percebam as diferentes maneiras que as linguagens se entrelaçam hibridamente em textos complexos e multissemióticos, ampliando possibilidades de aprendizagem, de atuação social e de explicar e

de interpretar de forma crítica as ações da linguagem. Por fim, é importante que os estudantes entendam e compreendam como funcionam os recursos apresentados pela tecnologia digital no que se refere ao tratamento das linguagens (mixagem, sampleagem, edição, tratamento de imagens etc.); assim como as possibilidades de remediação (relações de diálogo e transformação das mídias) apresentadas pelos fenômenos multimídia e transmídia, característicos da cultura da convergência, ou dos meios de comunicação, cultura participativa e inteligência coletiva.

#### Competência Específica 2:

Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitar as diversidades, a pluralidade de ideias e posições e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2017, p. 484).

Essa competência se refere à análise e à compreensão de contextos situacionais de produção de sentidos das práticas sociais de linguagem e produção de discursos, analisando conflitos e relações de poder que as definem, determinam e qualificam. Os estudantes, ao desenvolverem essa competência, conseguirão analisar e compreender os problemas e circunstâncias sociais, históricas e ideológicas, das múltiplas práticas e discursos, interpretando de forma contextualizada as produções artísticas (de qualquer forma) ou outros textos, seja jornalístico ou artigo de opinião. Assim, os estudantes compreenderão e produzirão discursos com opiniões próprias, respeitando individualidades, ideias e posições divergentes, norteando-se em valores democráticos e atuando de maneira empática e cooperativa, estabelecendo diálogos sem preconceitos.

#### Competência Específica 3:

Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global (BRASIL, 2017, p. 485).

Essa competência foca na autonomia dos estudantes na compreensão e na produção textual, tanto individual como coletiva, nas diferentes linguagens. Pretende-se que os estudantes, fazendo uso de análises das diferentes semioses na produção de sentidos, façam uso das linguagens de maneira crítica. Mesmo utilizando diferentes linguagens, espera-se que assumam, respeitem e construam uma ética solidária, respeitando qualquer diferença e

promovendo os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em qualquer âmbito, seja local, regional e global.

#### Competência Específica 4:

Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como respeitando as variedades linguísticas e agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2017, p. 486).

Essa competência indica a necessidade de que, ao término do Ensino Médio, os estudantes compreendam as línguas e seu funcionamento como fenômeno heterogêneo, além da variedade de registros, de dialetos e de estilizações, sem preconceitos. Também se refere à utilização das línguas, materna ou estrangeira, produzindo discursos e adequando textos e registros, considerando campos de atuação social, contextos e interlocutores, por processos de estilização, seleção e organização de recursos linguísticos.

#### Competência Específica 5:

Compreender os múltiplos aspectos que envolvem a produção de sentidos nas práticas sociais da cultura corporal de movimento, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressão de valores e identidades, em uma perspectiva democrática e de respeito à diversidade (BRASIL, 2017, p. 487).

Por meio dessa competência, o jovem deverá apresentar uma compreensão profunda e sistêmica sobre cultura corporal: fatores sociais, culturais, ideológicos, econômicos e políticos envolvidos nos discursos. Prevê que o estudante valorize a vivência de práticas culturais corporais de movimento como formas privilegiadas de construir a própria identidade, autoconhecimento e disseminação de valores democráticos, contribuindo para que os jovens incorporem a cultura corporal de movimento em seus projetos de vida de forma crítica e consciente. Para desenvolverem esta competência, é fundamental que os jovens adquiram experiências corporais com momentos de reflexão, leitura e produção discursiva nas diferentes linguagens, objetos de conhecimento da área.

#### Competência Específica 6:

Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re)construir produções autorais individuais e coletivas, de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas (BRASIL, 2017, p. 488).

Os estudantes, ao final do Ensino Médio, devem ser capazes de realizar manifestações artísticas e culturais, entendendo e apreciando as diferentes linguagens e suas relações com base em critérios estéticos. Essa competência prevê que os estudantes explorem manifestações artísticas e culturais, atuais ou de outrora, sempre analisando critérios e escolhas estéticas que coordenem suas ações, considerando as mudanças históricas e culturais.

#### Competência Específica 7:

Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas, e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2017, p.489).

Essa competência se refere às práticas de linguagem em ambiente digital, que têm transformado as práticas de linguagem nos diferentes campos de atuação social. Nesse sentido, os jovens precisam ter uma visão crítica, ética e estética e não somente técnica das TDIC e seus usos, selecionando, filtrando, compreendendo e produzindo sentidos críticos em quaisquer campos da vida social. É necessário possibilitar aos jovens para além de interfaces técnicas (como as linguagens de programação, uso de ferramentas e apps de edição de áudio, vídeo, imagens, realidade aumentada, criação de *games*, *gifs*, memes, infográficos etc.), mas, muito além, interfaces éticas que lhes permitam selecionar informações e produzir o novo.

### **2.2.2 Área de Matemática e suas tecnologias**

No Ensino Médio, na área de Matemática e suas Tecnologias, os estudantes devem utilizar conceitos, procedimentos e estratégias não apenas para resolver problemas, mas também para formulá-los, descrever dados, selecionar modelos matemáticos e desenvolver o pensamento computacional, por meio da utilização de diferentes recursos da área.

Competências Específicas de Matemática e suas Tecnologias - Competência Específica 1:

Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos, sejam atividades cotidianas, sejam fatos das Ciências da Natureza e Humanas, ou ainda questões econômicas ou tecnológicas, divulgados por diferentes meios, de modo a consolidar uma formação científica geral (BRASIL, 2017, p. 524).

O desenvolvimento dessa competência é amplo e pressupõe habilidades que favoreçam a interpretação e a compreensão da própria realidade pelos estudantes por meio de

conceitos da Matemática. Contribui com os estudantes não somente para a formação de cidadãos críticos e reflexivos, mas também para a formação científica, uma vez que lhes é proposta a interpretação de situações das Ciências da Natureza ou Humanas. Os estudantes deverão, por exemplo, estar capacitados a analisar criticamente o que é produzido e divulgado nos meios de comunicação (livros, jornais, revistas, internet, televisão, rádio etc.), por vezes de forma imprópria, por generalizações errôneas de resultados de pesquisa, utilizando a amostragem de forma inconveniente ou não divulgando como tais dados ou resultados foram obtidos.

#### Competência Específica 2:

Articular conhecimentos matemáticos ao propor e/ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis, com base na análise de problemas de urgência social, como os voltados a situações de saúde, sustentabilidade, das implicações da tecnologia no mundo do trabalho, entre outros, recorrendo a conceitos, procedimentos e linguagens próprios da Matemática (BRASIL, 2017, p.526).

A competência 2 complementa a 1, colocando os estudantes em situações de tomadas de decisão conjunta, com a finalidade de investigar questões de impactos sociais de mobilização com participação que busque solucionar problemas. As habilidades referentes a essa competência contribuirão para o desenvolvimento de projetos com a finalidade de responder questões relativas aos diferentes territórios geográficos e sociais e fundamentar conclusões sobre elas. Para os projetos, será necessário que os estudantes identifiquem e investiguem novos conceitos e procedimentos matemáticos que deverão ser apreendidos para sua conclusão. Os projetos potencializam atividades de investigação aplicando conhecimentos matemáticos em questões sociais. Em síntese, a competência deve favorecer a interação dos estudantes com os demais e socialmente, de forma cooperativa, para aprender e ensinar Matemática. Deverá fornecer condições para planejar e executar pesquisas, identificando aspectos consensuais ou não na discussão de projetos, fundamentados em princípios solidários, éticos e sustentáveis, valorizando as opiniões de grupos sociais e de indivíduos e sem quaisquer preconceitos.

#### Competência Específica 3:

Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos, em seus campos - Aritmética, Álgebra, Grandezas e Medidas, Geometria, Probabilidade e Estatística -, para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos, analisando a plausibilidade dos resultados e a adequação das soluções propostas, de modo a construir argumentação consistente (BRASIL, 2017, p. 527).

Essa competência está relacionada à interpretação, à construção de modelos, à resolução e à formulação de problemas matemáticos envolvendo noções, conceitos e procedimentos quantitativos, espaciais, estatísticos e probabilísticos. Esses problemas incluem, necessariamente, os contextos relativos às áreas das Ciências da Natureza e Humanas e da própria Matemática, inclusive os oriundos do avanço tecnológico, portanto, do cotidiano e mundo do trabalho.

Os estudantes devem construir significados para os problemas próprios da Matemática e, para resolvê-los, devem, logo no início, identificar os conceitos e procedimentos matemáticos necessários, ou outros que possam ser utilizados na formulação do problema. Deverão aplicar esses conceitos, executar procedimentos e, ao final, compatibilizar os resultados com o problema original, comunicando a solução aos colegas por meio de argumentação consistente. Essa tarefa pode exigir processos cognitivos diferenciados, dependendo da natureza do problema.

#### Competência Específica 4:

Compreender e utilizar, com flexibilidade e fluidez, diferentes registros de representação matemáticos (algébrico, geométrico, estatístico, computacional etc.), na busca de solução e comunicação de resultados de problemas, de modo a favorecer a construção e o desenvolvimento do raciocínio matemático (BRASIL, 2017, p. 530).

A competência 4 trata da apropriação e da utilização das diferentes representações de um mesmo objeto matemático, tendo em vista que elas têm um papel decisivo na aprendizagem dos estudantes. Ao conseguirem utilizar as representações matemáticas, compreendendo as ideias expressas por elas, fazendo a conversão entre elas, os estudantes passarão a dominar um conjunto de ferramentas que potencializa, de forma significativa, a capacidade de resolver problemas, comunicar e argumentar, ampliando a capacidade de pensar matematicamente. A análise das representações, utilizadas pelos estudantes para resolver um problema, permite compreender as maneiras como o interpretaram e como raciocinaram para resolvê-lo.

Os estudantes precisam estar preparados para escolher as representações mais apropriadas para cada situação, devendo observar que a conversão de um registro não é simples, mesmo que, às vezes, seja necessária para uma adequada compreensão do objeto matemático em questão, pois uma representação pode facilitar a compreensão de um aspecto que outra não favorece. Assim sendo, do ponto de vista cognitivo, as aprendizagens fundamentais relativas ao raciocínio requerem a diversificação dos registros.

#### Competência Específica 5:

Investigar e estabelecer conjecturas a respeito de diferentes conceitos e propriedades matemáticas, empregando recursos e estratégias como observação de padrões, experimentações e tecnologias digitais, identificando a necessidade, ou não, de uma demonstração cada vez mais formal na validação das referidas conjecturas (BRASIL, 2017, p. 532).

Para desenvolver essa competência, requer dos estudantes habilidades referentes às capacidades de investigação e de formulação de explicações e argumentos que podem emergir de experiências empíricas. Os estudantes serão capazes de fazer induções por investigações e experimentações com materiais concretos, apoios visuais e a utilização de tecnologias digitais. Ao formular conjecturas, através de suas investigações, deverão buscar teorias (contra exemplos) para refutá-las, ou argumentação para validá-las, sejam elas empíricas ou formais, que não exigem demonstração de diferentes proposições. Construir uma argumentação que inclua o desenvolvimento de algumas demonstrações matemáticas, proposta pela BNCC, torna-se uma importante contribuição para a representatividade da Matemática como área do conhecimento. Essa competência é fundamental ao desenvolvimento de processos de cognição e práticas argumentativas em ambientes informatizados.

### **2.2.3 Área de Ciências da Natureza e suas tecnologias**

No Ensino Médio, a área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias propõe que os estudantes possam construir e utilizar conhecimentos específicos de cada área no intuito de argumentar e apontar soluções, enfrentando desafios locais, regionais ou globais, pertencentes às condições de vida e ao meio ambiente.

Competências Específicas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias - Competência Específica 1:

Analisar fenômenos naturais e processos tecnológicos, com base nas relações entre matéria e energia, para propor ações individuais e coletivas que aperfeiçoem processos produtivos, minimizem impactos socioambientais e melhorem as condições de vida em âmbito local, regional e/ou global (BRASIL, 2017, p.540).

Os fenômenos naturais e os processos tecnológicos serão analisados sob a perspectiva das relações entre matéria e energia, o que possibilita a avaliação de potencialidades, de limites e de riscos no uso de diferentes materiais ou tecnologias para a tomada de decisões responsáveis diante dos diversos desafios contemporâneos. Assim, poderão mobilizar estudos referentes à estrutura da matéria; às transformações químicas; às leis ponderais; ao cálculo estequiométrico; aos princípios da conservação da energia ou da quantidade de movimento; ao ciclo da água; às

leis da termodinâmica; aos equilíbrios químicos; à cinética; à fusão e à fissão nucleares; ao espectro eletromagnético; aos efeitos biológicos das radiações ionizantes; à mutação; à poluição; aos ciclos biogeoquímicos; ao desmatamento; ao efeito estufa e à camada de ozônio; entre outros.

#### Competência Específica 2:

Construir e utilizar interpretações sobre a dinâmica da Vida, da Terra e do Cosmos para elaborar argumentos, realizar previsões sobre o funcionamento e a evolução dos seres vivos e do Universo, e fundamentar decisões éticas e responsáveis (BRASIL, 2017, p. 542).

Ao entenderem os processos de transformação e de evolução que permeiam a natureza, os estudantes terão a oportunidade de elaborar reflexões que situem a humanidade e o planeta Terra na história do Universo, assim como compreender a evolução histórica dos conceitos, das variadas interpretações e das discussões sobre essa construção. Ao entender a vida e sua diversidade de formas e níveis de organização, o estudante poderá atribuir importância à natureza e a seus recursos, compreendendo e reconhecendo a imprevisibilidade de fenômenos e os limites das explicações e do próprio conhecimento científico.

Nessa competência, podem ser instigados conhecimentos que tenham relação com: a origem da vida; a evolução biológica; o registro fóssil; a exobiologia; a biodiversidade; a origem e extinção de espécies; as políticas ambientais; as biomoléculas; a organização celular; os órgãos e sistemas; os organismos; as populações; os ecossistemas; as cadeias alimentares; a respiração celular; a fotossíntese; a reprodução e hereditariedade; a genética mendeliana; os processos epidemiológicos; o espectro eletromagnético; os modelos cosmológicos; a astronomia; a gravitação; a mecânica newtoniana; a previsão do tempo; entre outros.

#### Competência Específica 3:

Analisar situações-problema e avaliar aplicações do conhecimento científico e tecnológico e suas implicações no mundo, utilizando procedimentos e linguagens próprios das Ciências da Natureza, para propor soluções que considerem demandas locais, regionais e/ou globais, e comunicar suas descobertas e conclusões a públicos variados, em diversos contextos e por meio de diferentes mídias e tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) (BRASIL, 2017, p; 544).

Em um mundo repleto de informações de diferentes naturezas e origens, facilmente difundidas e acessadas, sobretudo, por meios digitais, é premente que os jovens desenvolvam capacidades de seleção e discernimento de informações que permitam, com base em conhecimentos científicos, analisar situações-problemas e avaliar as aplicações do

conhecimento científico e tecnológico nas diversas esferas da vida humana com ética e com responsabilidade. Discussões sobre as tecnologias relacionadas à geração de energia elétrica (as tradicionais e as inovadoras) e ao uso de combustíveis, por exemplo, possibilitando aos estudantes analisar os atuais modos de vida das populações humanas e a dependência a esses fatores. Na mesma direção, explorar como os avanços científicos e tecnológicos estão relacionados às experiências do conhecimento sobre DNA ou sobre células, podendo gerar debates e controvérsias, pois sua repercussão extrapola os limites da ciência, explicitando dilemas éticos para toda a sociedade. Compreender esses processos é importante para o debate sobre os impactos da tecnologia nas relações humanas e as implicações éticas, morais, políticas e econômicas e sobre seus riscos e benefícios para a humanidade e para o planeta. Espera-se que os estudantes se apropriem de coleta e análise de dados mais aprimorados, tornando-se autônomos no uso da linguagem científica. É importante experiências e diálogos com diversos públicos, em contextos variados e utilizando diferentes mídias e tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC). O desenvolvimento dessa competência poderá ocorrer pela mobilização de conhecimentos relacionados: à aplicação da tecnologia do DNA recombinante; à identificação por DNA; ao emprego de células-tronco; à produção de armas nucleares; ao desenvolvimento de tecnologias de energia elétrica, de compostos orgânicos e agroquímicos; ao controle biológico de pragas; aos conservantes alimentícios; à mineração; à herança biológica; ao darwinismo social; à eugenia e racismo; à mecânica newtoniana e aos equipamentos de segurança.

#### **2.2.4 Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

No Ensino Médio, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas amplia sua base conceitual, mantendo as principais categorias da área, concentrando-se na análise e na avaliação das relações sociais, dos modelos econômicos, dos processos políticos e das diversas culturas.

Competências Específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - Competência Específica 1:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles (BRASIL, 2017, p.559).

Essa competência pretende ampliar as capacidades dos estudantes na capacidade de elaborar ação, hipóteses e compor argumentos com base na sistematização de dados (de

natureza quantitativa e qualitativa); compreender e utilizar procedimentos metodológicos para discutir circunstâncias históricas favoráveis à emergência de matrizes conceituais (modernidade, Ocidente/Oriente, civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, tipologias evolutivas, oposições dicotômicas etc.); e compreender conceitos como temporalidade, memória, identidade, sociedade, territorialidade, espacialidade etc.. Além de diferentes linguagens e narrativas que expressem conhecimentos, crenças, valores e práticas que permitam o acesso a informações, à solução de problemas e, principalmente, promovam o protagonismo tanto individual como coletivo. Avaliar processos de longa e curta duração, razões que justificam diversas formas de rupturas, mecanismos de conservação ou transformação e das mudanças de paradigmas decorrentes dos impactos tecnológicos, oferecem sugestões e ideias para uma prática reflexiva e ética.

#### Competência Específica 2:

Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder (BRASIL, 2017, p. 561).

Essa competência pretende comparar e avaliar a ocupação do espaço, a delimitação de fronteiras e o papel dos agentes responsáveis pelas transformações. Os atores sociais, na cidade, no campo, nas zonas limítrofes, no interior de uma cidade, região, Estado ou até entre Estados, produzem diferentes territorialidades que envolvem diferentes níveis de negociação e conflito, igualdade e desigualdade, inclusão e exclusão. Frente a essas complexidades de relações, é prioritário o raciocínio geográfico e estratégico, bem como o significado da história e da política na produção do espaço. E, ainda, toda a complexidade dos fluxos populacionais e da circulação de mercadorias, principalmente, nas sociedades contemporâneas, merecem ser identificadas e analisadas pelos variados instrumentos e linguagens, com especial destaque para as novas tecnologias e para o protagonismo juvenil.

#### Competência Específica 3:

Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global (BRASIL, 2017, p. 562).

Essa competência se propõe a analisar os paradigmas que produzem conformidade entre pensamento e saberes de diferentes sociedades e povos, levando em consideração suas formas de apropriação da natureza, extração, transformação e comercialização de recursos naturais, as formas de organização social e política, as relações de trabalho, os significados da produção da própria cultura material e imaterial e suas linguagens. Ao considerar a presença, na contemporaneidade, da cultura de massa e das culturas juvenis, é primordial compreender os significados de objetos derivados da indústria cultural, os instrumentos publicitários utilizados, os papéis das novas tecnologias e os do consumismo.

#### Competência Específica 4:

Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades (BRASIL, 2017, p. 563).

O objetivo dessa competência é compreender o significado do trabalho nas diferentes sociedades, as especificidades e os processos de estratificação social presididos por maior ou menor desigualdade econômica, social e participação política. Os indicadores de emprego, trabalho e renda devem ser avaliados em contextos próprios e que favoreçam a compreensão da sociedade e suas implicações sociais, assim como das dinâmicas de mercado delas decorrentes. As transformações técnicas, tecnológicas e informacionais devem ser consideradas com ênfase às novas formas de trabalho formadas por elas, assim como seus efeitos em relação aos jovens e às futuras gerações.

#### Competência Específica 5:

Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos (BRASIL, 2017, p. 564).

Essa competência propõe o exercício de reflexão, que planeja a construção do pensamento filosófico, permitindo aos estudantes compreender os fundamentos da ética em diferentes culturas, estimulando o respeito às diferenças: culturais, religiosas, étnico-raciais etc.; à cidadania e aos Direitos Humanos. Para concretização dessa reflexão, é essencial abordar circunstâncias da vida cotidiana que permitam desnaturalizar condutas, relativizar costumes, perceber as desigualdades e o preconceito presente em ações, gestos e silenciamentos, inclusive em políticas públicas de âmbito nacional como internacional.

#### Competência Específica 6:

Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BRASIL, 2017, p.565).

Essa competência específica pretende tratar da linguagem política (aristocracia, democracia, república, autoritarismo, populismo, ditadura, liberalismo, marxismo, fascismo, stalinismo etc.), apresentando as mudanças dos termos no transcorrer da história. Cada mudança necessita ser explicada e interpretada em circunstâncias históricas específicas, pois as interpretações, por serem variadas e determinadas, as palavras, no cotidiano, podem levar a conflitos, em especial, por envolver doutrinas políticas que, sempre, são controversas. Frente a esse grande desafio, é importante identificar demandas político-sociais nas diferentes sociedades e em grupos sociais, destacando as questões culturais, em especial, as que dizem respeito às populações indígenas e afrodescendentes.

As diversas formas de violência física e simbólica, o reconhecimento de diferentes níveis de desigualdade e a relação desigual entre países indicam a importância da temática sobre Direitos Humanos e sobre a consciência individual e comunitária, nacional e internacional.

## CAPÍTULO III

### CRÍTICAS À BNCC E DESAFIOS A PRÁTICA EDUCATIVA CONTEMPORÂNEA

Neste capítulo, apresentaremos análises, reflexões e críticas em relação à BNCC, advindas dos educadores que contribuíram e contribuem, apresentando os desafios da Educação contemporânea e da prática educativa. O MEC apresenta a BNCC para o novo Ensino Médio com mudanças robustas, visando maior participação da comunidade escolar e preparação dos jovens estudantes para a cidadania e para o mundo do trabalho.

#### 3.1 NOVO ENSINO MÉDIO: MP 746 HOJE LEI Nº 13.415/2017

Os debates expostos presumem diminuir ou solucionar problemas (baixo desempenho, evasão, formação deficiente, falta de professores ou de ordem estrutural), principalmente, nessa última etapa da Educação Básica.

Em 22 de setembro, de 2016, o Governo Federal anunciou, por meio da Medida Provisória (MP) 746, a reforma do Ensino Médio brasileiro, considerada ilegítima e antidemocrática pelo Manifesto do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio. Assim, manifestou sua indignação o Movimento acima, através do portal na internet “Observatório do Ensino Médio” (2016).

O Ensino Médio tem sido alvo de preocupações por parte de gestores, professores, pesquisadores e várias entidades da área, o que, por si só, justifica a necessidade de uma ampla discussão na sociedade brasileira, desde que considere os interesses e necessidades de todos os envolvidos, em particular de estudantes. Quanto ao conteúdo em si da referida Medida Provisória ressaltamos seus limites ao considerar apenas parcialmente as necessidades de mudanças, além do que as medidas anunciadas carregam em si perigosas limitações, dentre elas: o fatiamento do currículo em cinco ênfases ou itinerários formativo implica na negação do direito a uma formação básica comum e resultará no reforço das desigualdades de oportunidades educacionais, já que serão as redes de ensino a decidir quais itinerários poderão ser cursados; o reconhecimento de “notório saber” com a permissão de que professores sem formação específica assumam disciplinas para as quais não foram preparados institucionaliza a precarização da docência e compromete a qualidade do ensino; o incentivo à ampliação da jornada (tempo integral) sem que se assegure investimentos de forma permanente resultará em oferta ainda mais precária, aumentará a evasão escolar e comprometerá o acesso de quase 2 milhões de jovens de 15 a 17 anos que estão fora da escola ou que trabalham e estudam; a profissionalização como uma das opções formativas resultará em uma forma indiscriminada e igualmente precária de formação técnico-profissional acentuada pela privatização por meio de parcerias; a retirada da obrigatoriedade de disciplinas como Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física é mais um aspecto da sonegação do direito ao conhecimento e compromete uma formação que deveria ser integral – científica, ética e estética. Entendemos que, para alterar de fato a qualidade do que é oferecido e ampliar as possibilidades de acesso, permanência e conclusão do Ensino Médio seria necessário um conjunto articulado de ações envolvendo, para sua execução, as redes de ensino e esferas de poder em torno de uma ação conjunta. Dentre as ações necessárias destacamos: induzir a uma organização curricular que respeite as diferenças e os interesses dos jovens mas ao mesmo tempo assegure a formação básica comum e de qualidade; a consolidação de

uma forma de avaliação no Ensino Médio que possibilite o acompanhamento permanente pelas escolas do desempenho dos estudantes com vistas à contenção do abandono e do insucesso escolar; a ampliação dos recursos financeiros com vistas à reestruturação dos espaços físicos, das condições materiais, da melhoria salarial e das condições de trabalho dos educadores; construção de novas escolas específicas para atendimento do Ensino Médio em tempo integral; indução à formação de redes de pesquisa sobre o Ensino Médio com vistas a produzir conhecimento e realizar um amplo e qualificado diagnóstico nacional; articulação de uma rede de formação inicial e continuada de professores a partir de ações já existentes como PARFOR e PIBID; fomento a ações de assistência estudantil com vistas a ampliar a permanência do estudante na escola; atendimento diferenciado para o Ensino Médio noturno de modo a respeitar as características do público que o frequenta; elaboração e aquisição de materiais pedagógicos apropriados, incluindo os formatos digitais; criação de uma rede de discussões para reconfiguração dos cursos de formação inicial de professores, envolvendo as várias entidades representativas do campo educacional, estudantes, professores e gestores; Desse modo, nos posicionamos contrários ao teor da Medida Provisória e conclamamos pela sua não aprovação pelo Congresso Nacional e abertura imediata de um amplo diálogo nacional. Mudar sim, mas para melhor! (MOVIMENTO NACIONAL EM DEFESA DO ENSINO MÉDIO, 2016).

São muitas as indagações sobre a Lei 13.415/17 que, de certa forma, impõe a implantação do novo Ensino Médio para um país de abrangência continental. Com disparidades sociais, essa reforma do Ensino Médio se torna difícil tanto para a prática quanto para a implementação dessa MP. Desse modo, implantar uma reforma com jornada adicional, reformas estruturais, acessórios eletrônicos e internet, essencial para concretização do novo Ensino Médio, torna-se necessário alto investimento público para a Educação Nacional.

Não foi somente o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio que se manifestou contrário. Pesquisadores e educadores da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), como Maria Helena, Secretária executiva do MEC; Dante Henrique Moura, IFRN; Gaudêncio Frigotto, UERJ; Paulo Carano, 1º secretário da ANPED e Monica Ribeiro da Silva, da UFPR, também, se pronunciaram sobre a MP e o Novo Ensino Médio em entrevista a Camila Shaw, estagiária de Comunicação da ANPED.

Silva (2016), afirma:

O Ensino Médio no Brasil ocupa as preocupações de vários setores da sociedade. Seja porque se tornou obrigatória a faixa etária de 15 a 17 anos, seja porque temos mais de 3.5 milhões de jovens dessa faixa etária que ainda se encontram no Ensino Fundamental, ou ainda mais de um milhão sem qualquer vínculo escolar. Mas não é apenas a necessidade ampliação do acesso que coloca o Ensino Médio no centro das discussões: também a qualidade do ensino que é oferecido, as condições de oferta muito desiguais, etc. Enfim (...) o Ensino Médio precisa ser reformulado, porém, não basta uma mudança na organização do currículo. É preciso pensar nessa amplitude de elementos: a formação dos professores; as condições do trabalho docente; a estrutura física e material das escolas; políticas de assistência ao estudante, dentre eles (SILVA, 2016, p.1).

Para Silva (2016), é necessário pensar eixos para nortear a Educação, levando em consideração as necessidades dos jovens em termos de Educação (a juventude e sua relação com a escola; a docência; a organização pedagógica e curricular; os tempos; os espaços e os conhecimentos escolares). Silva (2016) apresenta várias críticas em relação à proposta de reformulação do Ensino Médio, pois para ela:

1) essa reformulação retoma o modelo curricular dos tempos da ditadura militar, trazendo de volta a organização por opções formativas com ênfase na escolha dos estudantes. No último ano do Ensino Médio, o estudante faria a escolha por uma das áreas do currículo ou pela formação profissional;

2) esse modelo reforça a fragmentação e hierarquia do conhecimento escolar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio visam minimizar. Além de significar enorme prejuízo no que se refere à formação de nossos jovens, por negar a eles o direito ao conhecimento e a uma formação básica comum a todos(as) os(as) jovens;

3) o fatiamento do currículo, em áreas ou ênfases, leva à privação do acesso ao conhecimento, bem como às formas de produção da ciência e suas implicações éticas, políticas e estéticas. Acesso este considerado relevante neste momento histórico em que as fusões de campos disciplinares rompem velhas hierarquias e fragmentações;

4) a obrigatoriedade da jornada de 7 horas diárias para todos os jovens ignora que, no Brasil, temos, aproximadamente, dois milhões de jovens entre 15 a 17 anos que estudam e trabalham.

Será que esses jovens trabalham e estudam à noite por que querem? Ou será que suas condições de vida os levam a isso? Propor a obrigatoriedade do tempo integral demonstra total ignorância sobre quem são os brasileiros que estudam no ensino médio. Demonstra também o desconhecimento a respeito da rede de escolas que temos, o desconhecimento das condições em que se realiza atualmente a formação e o trabalho docente, dentre outros aspectos fundamentais para um ensino médio de qualidade. Além do que as escolas não possuem estrutura física e material para isso. Muito menos professores em quantidade suficiente para dobrar a jornada (SILVA, 2016, p.1).

Para Silva (2016), o chamado Ensino Médio Integrado tem no mundo do trabalho, na integração entre ciência e trabalho, entre formação científica básica e formação técnica específica, o grande ganho em termos de formação profissional. Essa é mais adequada por tratar de modo integrado a formação científica básica e a formação técnico-profissional. A proposta

da BNCC/MEC não faz bem a uma coisa (formação básica) e nem a outra (formação profissional). É um arremedo, um simulacro de formação.

Do ponto de vista da organização curricular, a Lei 13.415/17 que alterou os capítulos destinados ao Ensino Médio na LDB, retoma um modelo já experimentado nos tempos da ditadura militar, trazendo de volta a divisão por ênfases ou itinerários formativos. A formação básica comum que antes estava assegurada nos três anos do Ensino Médio passa a ser dada em uma carga horária não superior a 1.800 horas. Após isso, o/a estudante será dirigido a um dos itinerários formativos (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas ou formação técnico-profissional), a critério do sistema do ensino. É importante frisar, não será o/a estudante a escolher o itinerário com o qual possui maior afinidade. Será o sistema de ensino a definir, conforme sua própria disponibilidade, o que cada unidade escolar irá oferecer. Essa medida, além de significar uma perda de direito e um enorme prejuízo com relação aos processos formativos da juventude, fere a autonomia das escolas na decisão sobre seu projeto político pedagógico, o que até então estava assegurado na LDB (SILVA, 2017, p.13).

Para Moura (2016), tal reforma visa eliminar direitos da classe trabalhadora e baratear a Educação.

[...] essa flexibilização está relacionada ao objetivo de baratear o ensino público, comprometendo a educação das classes mais empobrecidas do país. Os que ocupam posição mais privilegiada na hierarquia socioeconômica nunca se submeteram nem se submeterão aos limites das reformas educacionais, como foi no caso da reforma promovida pela Lei n. 5.692/1971. A direção que o governo do Presidente Michel Temer está seguindo, não apenas na Educação, é um ataque aos direitos sociais e de subordinação aos interesses do mercado. “Não é à toa que no documento Ponte para o Futuro (que futuro?) está explícito que ‘é necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação...’. Além disso, e de forma coerente com essa racionalidade, os discursos e ações do atual governo colocam a questão da desvinculação como medidas centrais, juntamente com a reforma da previdência que visa eliminar direitos da classe trabalhadora (MOURA, 2016, p.1).

Frigotto (2016) pesquisador na área de Educação e ensino tecnológico, comenta sobre a atualização da ação profissional do professor:

[..] hoje existe um fetichismo tecnológico, e por mais que o professor tenha que se atualizar as escolas precisam antes de tudo oferecer recursos e condições para o professor exercer seu trabalho com qualidade. Esses reformistas usam o argumento do aluno digital para seduzir e falsear a questão por trás disso na Reforma do EM. Se o professor tiver, como o PNE diz, 20h em sala de aula no máximo e 20h para se preparar, ele vai fazer aulas boas (FRIGOTTO, 2016, p.1).

Para diversos intelectuais, professores e pesquisadores da área, a MP 746 representa um retrocesso de 40 anos na Educação, e comparam ao modelo instaurado na Ditadura da era Vargas, nomeado de Reforma Capanema. Os estudiosos ressaltam que a reforma afetarà apenas

a escola pública, privando os estudantes de um Ensino Médio completo com todas as disciplinas, mantendo o caráter de unidade, por isso, um retrocesso.

Carano (2016), 1º Secretário e pesquisador da ANPED, lembrou da importância de reformular o Ensino Médio, desde que houvesse a participação dos profissionais de Educação e dos jovens estudantes, a fim de que as aprendizagens façam sentido na vida desse público. “De fato o Ensino Médio precisa de uma profunda transformação, mas em diálogo com as experiências e expectativas de estudantes e professores que produzem os cotidianos das escolas” (CARANO, 2016, p.1).

Sobre a possibilidade de oferecer um ensino profissionalizante, assim, descreve Silva (2017):

Especial atenção merece a proposta do itinerário formativo relativo à formação técnico-profissional. Ao estabelecer que para ser docente nos cursos não há necessidade de formação especializada, bastando para isso que o sistema de ensino certifique um suposto “notório saber”, a Lei 13.415/17 desconsidera que para o aprimoramento da qualidade do ensino se precisa garantir aos profissionais da educação uma sólida formação teórico-prática, preferencialmente em cursos superiores. Além disso, para viabilizar esse itinerário formativo, foram alteradas as regras do financiamento da educação pública, por meio do incentivo e viabilização de parcerias com o setor privado, retirando recursos da educação básica do País. Essa possibilidade visa, claramente, atender aos interesses do empresariado e suas necessidades de exploração e lucro, além de ter como consequências a precarização da educação profissional técnica de nível médio, a fragilização dos Institutos Federais e de toda a Rede Federal de Educação Profissional, Técnica e Tecnológica, e, além disso, traz o enunciado de morte do Ensino Médio Integrado (SILVA, 2017, P.14).

Silva (2017) entende que é necessária uma reforma em várias frentes, mas sem hierarquização e fracionamento do conhecimento:

Há muita controvérsia acerca do atual modelo curricular do ensino médio. É necessário enfrentar a excessiva disciplinarização que leva ao fracionamento e hierarquização do conhecimento. É preciso rever as formas com que vem se tratando o conhecimento escolar. No entanto, a reforma realizada por meio da Lei 13.415/17 reforça este fracionamento e nada diz sobre os significados do conhecimento humano na escola. Pior, ao propor as “opções formativas”, acaba por privar os/as estudantes de uma formação básica comum que lhes assegure o acesso a conhecimentos relevantes e necessários para a vida em nossa cada vez mais complexa sociedade. Ao propor fatiar a organização pedagógico-curricular, propõe, assim, um ensino médio em migalhas. O Ensino Médio no país necessita sim de uma reformulação. Seja com relação à ampliação do acesso com vistas a cumprir a determinação constitucional quanto à obrigatoriedade escolar para a faixa etária dos 15 aos 17anos, seja quanto ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação que determina a universalização para essa faixa etária em 85% até 2024. No entanto, não se trata apenas de uma questão de quantidade, é necessário pensar também da qualidade da educação que está sendo ofertada. E sobre isso, a realidade mostra que é insuficiente uma mudança curricular, haja vista as condições de estrutura física e material muitas vezes precárias; as dificuldades na formação inicial e continuada de professores; a

ausência de uma política permanente de assistência estudantil; a pouca valorização dos profissionais da educação (SILVA, 2017, p. 15).

Segundo Martins (2017), um aspecto perceptível, na BNCC, é a presença de propostas que contemplam os interesses dos empresários da Educação, como produtores de softwares e materiais educativos.

A Base não é uma pauta específica dos segmentos privatizantes. Ao contrário, ela está na agenda de diferentes grupos sociais, inclusive os que fazem uma forte defesa da escola pública de qualidade. No entanto, os representantes dos interesses mercadológicos se vincularam ao Estado e conseguiram explicitar suas demandas. Uma das consequências dessa estratégia foi a saída de alguns movimentos do processo, porque perceberam que não poderiam mais fazer a defesa da escola pública (MARTINS, 2017).

De acordo com a docente, da FE/UNICAMP, outra questão presente na atual proposta da BNCC é o caráter conservador do documento. Uma leitura desatenta do texto pode dar a impressão de que ele está isento de políticas preconceituosas. No entanto, segundo Maria do Carmo Martins,

Mas um olhar atento verificará que a Base é muito tímida em relação a direitos sociais, a ações de inclusão e a questões de gênero, posição que está em consonância, por exemplo, com a postura daqueles que defendem a Escola sem Partido. É interessante que a sociedade tenha conhecimento disso, até para que compreenda como esses movimentos influenciam na formulação de políticas públicas, principalmente as vinculadas à educação (MARTINS, 2017).

Ao analisar os possíveis impactos das medidas previstas, na BNCC, sobre o currículo e a qualidade da Educação, a especialista chama a atenção para dois pontos. Um deles se refere à característica ambígua do documento. Para Martins (2017):

Ao mesmo tempo em que afirma que a Base não é o currículo, mas sim uma diretriz para a elaboração deste, o texto entra em minúcias acerca das finalidades e objetivos do ensino. Há aí uma inversão. Existe uma consolidada crítica à visão tradicional dos currículos organizados por objetivos. E a BNCC insiste em consolidar essa visão de desenvolvimento curricular, ignorando que é na dinâmica da cultura que as seleções são feitas, de modo que sejam socialmente válidas para a comunidade de estudantes e educadores, conferindo sentidos ao processo educativo (MARTINS, 2017).

A segunda questão abordada por Martins (2017), está diretamente relacionada à primeira, pois, diz respeito à qualidade da Educação. No entender da docente, ao vincular a qualidade às avaliações sistêmicas, o documento coloca em segundo plano a expressividade do processo de escolarização.

Em outras palavras, a ideia em questão tira o cotejo da aprendizagem do encontro pedagógico, que é algo que pode modificar qualitativamente a vida das pessoas, e o coloca sobre o resultado. Isso produz uma estandardização da educação, baseada em uma visão também padronizada de qualidade (MARTINS, 2017).

Amorim (2017), entende igualmente que a versão da BNCC expressa de forma mais enfática os interesses mercadológicos, que podem ser constatados em diversos aspectos. Um deles, assinala, é a ideia da eficiência relacionada à aprendizagem, o que permitiria que os estudantes aprendessem mais rapidamente os conteúdos.

A Base estabelece, por exemplo, que a alfabetização ocorra de forma mais precoce. Assim, a educação infantil se estruturaria dentro das lógicas da escolarização, para a qual a constituição de um currículo orientador é uma das bases fundamentais. O documento também confere ênfase a determinadas disciplinas que considera prioritárias, em detrimento de outras. Um dos interesses em foco são os rankings internacionais que avaliariam a qualidade da educação. O objetivo parece ser, em suma, gestar formas de melhorar a imagem do país no plano internacional (AMORIM, 2017).

O contorno conservador da BNCC é reforçado pelo docente. De acordo com ele, ao indicar a implantação de currículos mínimos nacionais, a Base deixa de ressaltar vários temas, notadamente, culturais, o que expressaria uma concepção de neutralidade das ciências pedagógicas.

Desse modo, disciplinas que trabalham temas considerados mais polêmicos, como questões relacionadas à diversidade de gêneros, perderiam espaço, algo bem afinado com as bandeiras defendidas pelos adeptos da Escola sem Partido (AMORIM, 2017).

Amorim (2017) faz uma breve consideração sobre os possíveis impactos da promulgação da BNCC sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A EJA não está entre meus temas de pesquisa, mas nos congressos dos quais tenho participado os especialistas têm chamado a atenção para o risco desse tipo de política fazer desaparecer a educação de jovens e adultos da estrutura formal da educação. Ela continuaria concedendo certificados, mas sem uma vivência escolarizada. A EJA traz em seu bojo a discussão sobre a educação popular, que virou bandeira de combate de alguns segmentos, como se o popular não pudesse ser contemplado no contexto da Base. A tendência, infelizmente, tem sido a de deixar tudo que é identificado como popular à margem das políticas públicas (AMORIM, 2017).

Percebe-se que a proposta chega às escolas com muitas críticas e desconfianças por parte de educadores e pesquisadores, desde a jornada de permanência na escola ao uso de

tecnologias na Educação, até as manobras políticas em prol de interesses mercadológicos e ao falseamento de problemas básicos por trás da reforma do Ensino Médio.

### **3.2 O DIREITO À EDUCAÇÃO**

Além das críticas, Silva (2017) apresenta dois pontos importantes na questão educacional, inclusive, os previstos na Constituição Federal: direito e dever.

Dentro dos direitos humanos fundamentais, encontra-se o direito à Educação, que é um direito fundamental, pois, inclui um processo de desenvolvimento individual próprio à condição humana. Além da perspectiva individual, esse direito pode ser perceptível, de forma coletiva, como direito a uma política educacional, ou ações do Estado em prol da Educação. A Educação é um direito de todos os cidadãos brasileiros, e é dever do Estado oferecer uma Educação de qualidade e universalizada. Trata-se de um aspecto da ação política do Estado, relativo à Educação e ao direito à Educação.

Silva (2017) diz que:

A ideia de direitos sociais está articulada ao pressuposto de que as políticas públicas deveriam responder a demandas da sociedade, e o Estado, enquanto agência pública seria reconhecido como o principal articulador entre esses interesses/necessidades e a implementação de políticas com o fim de satisfazê-los. No que concerne a políticas educacionais, a obrigatoriedade e gratuidade, no Brasil, tem se constituído em mecanismos de responsabilização do Estado no sentido de viabilizar o direito à educação. Em um país marcado por desigualdades sociais e econômicas, imputar a educação ao ente público significa ampliar as possibilidades de acesso à educação escolar (SILVA, 2017, p.78).

Assim como é dever (obrigação) do Estado garantir a oferta de vagas gratuitas da Educação, garantindo o acesso a todos; também, é dever (obrigação) dos pais ou responsáveis efetivar a matrícula dos filhos.

Para que o direito à educação possa ser garantido para todos, é iminente um Estado que a assuma como responsabilidade, assegurando a igualdade de acesso. Partindo deste princípio, a obrigatoriedade e a gratuidade têm se constituído nas principais reivindicações, no que tange ao direito à educação (SILVA, 2017, p.80).

Para concretizar esse direito fundamental à Educação, o art. 205 da Constituição Federal estabelece que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Logo, a Educação é um direito constitucionalmente assegurado a todos e inerente à dignidade da

pessoa humana, por isso, o Estado tem o dever de prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

Estabelece o art. 208, II, da CF que o dever do Estado, para com o Ensino Médio, será garantido mediante sua progressiva universalização, sendo, nesta mesma linha, o contido no art. 4º, II, da Lei de Diretrizes e Bases.

O Brasil é marcado por desigualdades onde os direitos espelham tais desigualdades. Garantir o direito à Educação é uma prioridade fundamental na consolidação da cidadania. É um direito público subjetivo de todos.

### **3.3 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA**

O Ensino Médio encerra o ciclo da Educação Básica e projeta os concluintes para novos voos em cursos superiores e/ou para o mundo do trabalho. É nesta reta final da Educação Básica, que se apresentam graves problemas no contexto de formação ampla: acadêmica, humana e profissional. São questões de todas as ordens como analfabetismo, analfabetismo funcional, qualidade do ensino, falta de motivação, violência escolar, evasão, formação dos professores, falta de investimento e de políticas públicas, além dos problemas de ordem estrutural.

Percebe-se que há um olhar negativista em relação ao Ensino Médio tanto para com estudantes como para os professores/ educadores, devido principalmente aos resultados obtidos nas provas externas e situações de violências que ocorrem em qualquer que seja a Unidade Escolar, que são generalizadas e apresentadas pela mídia. Portanto, a primeira ressignificação seria a desnaturalização dessa visão negativa da sociedade, principalmente, da comunidade escolar: gestores, professores, funcionários da escola, pais e dos próprios estudantes.

A Educação é imprescindível para construir uma sociedade responsável, pois, perpassa pela formação para a cidadania e para a profissional, possibilitando melhores oportunidades e realizações. A Educação, desde os primeiros anos de vida estudantil da criança, tem o compromisso com a formação acadêmica, contribuindo efetivamente para a formação do caráter, além do desenvolvimento das habilidades cognitivas e sociais.

Diante disso, é necessário refletirmos e buscarmos soluções urgentes para tantos problemas numa mesma etapa de formação. Muitos fatores influenciam na gênese dos desafios educacionais atuais e continuam influenciando, como as mudanças sociais contínuas, problemas políticos e econômicos e, também, os olhares de pais e alunos para a Educação. A superação de tantos desafios perpassa por olhares diferenciados e atentos às realidades de cada

unidade escolar e de cada estudante que trazem, aos ambientes educacionais, uma bagagem, positiva ou negativa, do meio familiar.

Uma situação importante, nesse processo, é a abertura das escolas. Essa abertura possui algumas significações, não somente diz respeito ao fato de abrir portas para alguém adentrar, mas também, significa muito mais que isso, significa aceitar, almejar e colocar em prática as ações necessárias ao processo formativo dos estudantes e dos educadores, o que inclui toda comunidade escolar, para que as transformações possam acontecer, mesmo que paulatinamente como geralmente ocorre.

Segundo Freire (1997):

[...] a escola democrática não apenas deve estar permanentemente aberta à realidade contextual de seus alunos, para melhor compreendê-los, para melhor exercer sua atividade docente, mas também disposta a aprender de suas relações com o contexto concreto. Daí a necessidade de, professando-se democrática, ser realmente humilde para poder reconhecer-se aprendendo muitas vezes com quem sequer se escolarizou (FREIRE, 1997, p. 67).

Portanto, é a partir dessa abertura a novos significados e ações, do acolher, do entender e do conhecer a comunidade estudantil, de suas realidades e necessidades, que a unidade escolar poderá almejar transformar e ressignificar suas práticas em práticas mais significativas ao estudante. Todavia, para que essa implantação ocorra, é necessário compreender e conhecer os muitos desafios, problemas, que estão no cotidiano educacional.

O analfabetismo e o analfabetismo funcional, ainda, são muito perceptíveis, inclusive no Ensino Médio. São alunos que não conseguem apresentar as habilidades de leitura, escrita ou reflexões de acordo ao ano em que estudam. Alguns exercem uma ou outra habilidade, contudo, isso torna o trabalho do professor quase impossível, pois, são, para essa etapa, habilidades naturais e necessárias. Geralmente conseguem compreender e transmitir de forma oral, o que já é satisfatório. Contudo, tais situações comprometem a qualidade do ensino e da aprendizagem do estudante.

Somando-se a isso, tem-se a falta de motivação, pois, quando um estudante não consegue desenvolver as habilidades de leitura e escrita, comprometem o entendimento, e este procura uma forma de camuflar o problema agindo de forma que pareça não querer entender ou aprender, então este procura conversar, brincar, mexer no celular, ou acaba se envolvendo em outras ações que o deixa fora daquele ambiente de aprendizagem.

A violência escolar também é um desafio nos ambientes escolares, apresentando-se de diversas formas à comunidade escolar, além do bullying e o uso de entorpecentes, que são

problemas cotidianos enfrentados dentro das diversas unidades escolares. A violência começa quando o professor vira as costas para o estudante e, mesmo que essa ação seja simbólica, significa o “não estou nem aí” com você. Por isso, é necessário que a comunidade escolar entenda esses problemas e planeje ações para minimizar isso. Nesse sentido, para que os problemas acima diminuam, é importante investir na relação docente/discente, o que envolve a formação contínua dos professores, assim como metodologias diferenciadas para trabalhar em sala de aula, conforme a realidade de cada turma.

A evasão escolar é um fator de alto índice no Ensino Médio. Está relacionado com o momento em que os estudantes ingressam no mundo de trabalho. Atuarem em duas etapas, trabalho e estudos é muito cansativo (lembrando que são adolescentes/jovens de 15 a 18 anos em sua maioria), tornando-se uma grande barreira, o que faz muitos deles desistirem. Outro fator da evasão é a desmotivação ocasionada por vários motivos como os já mencionados acima.

Alguns fatores são preponderantes neste processo e etapa educacional: falta de investimento, de políticas públicas e de estrutura. Esses fatores estão interligados. A falta de estrutura depende de investimento e de políticas públicas que viabilizem a liberação de verbas. Tudo depende dos gestores públicos e da vontade de investirem na Educação, o que muitos chamam de gastos. Contudo, as unidades escolares necessitam, com urgência, de investimentos. Se os governantes consideram a lei 13.745 tão importante, deverão investir na preparação das escolas para que o novo Ensino Médio possa acontecer. Por estrutura, devemos entender que vai desde a manutenção básica do prédio, da preparação e dos reparos nas salas de aula e demais espaços das escolas; mas também, diz respeito aos investimentos em equipamentos necessários (computadores, notebooks, internet, programas etc.) para que estudantes e professores possam desenvolver as atividades satisfatoriamente.

É perceptível que são muitos os problemas e os desafios, mas, se queremos uma Educação diferenciada, devemos pensar em algo diferente. Refletir a escola e a Educação tal como se configura hoje e aquela que almejamos é dever de toda a sociedade para que os estudantes tenham o direito de estudar assegurado como apregoa a CF.

### **3.4 PAULO FREIRE: EDUCAÇÃO COMO PROCESSO DE MUDANÇA SOCIAL**

É necessário criar um processo de estranhamento à banalização da Educação. Paulo Freire é bastante atual ao propor um novo modelo social tendo como princípio a Educação, eliminando a alienação das massas e aplicando uma pedagogia libertadora nas escolas, que seria a mola mestra para o desenvolvimento e para a participação democrática. Conforme Freire

(1979, p.37), “Uma sociedade está se abrindo quando começa o processo de desalienação com o surgimento de novos valores. Assim, por exemplo, a ideia da participação popular no poder”.

É impossível fazer uma reflexão sobre Educação sem primeiro refletir sobre o próprio homem, o fato é que a própria Educação não existiria se o homem fosse um ser acabado e, conseqüentemente, não teria a necessidade de constante busca pelo conhecimento para a construção do homem como ser que é. O homem é o sujeito construtor de sua própria educação e não objeto dela. Por isso, “ninguém educa ninguém (...). O homem não é uma ilha. É comunicação. Logo, há uma estreita relação entre comunhão e busca” (FREIRE, 1979, p.28).

O saber é uma construção constante e a Educação tem caráter permanente. Não existem seres educados ou não educados, pelo contrário, estamos todos sempre nos educando. Segundo Freire (1979, p.29), “O homem, por ser inacabado, incompleto, não sabe de maneira absoluta, somente Deus sabe de maneira absoluta”.

O educador não pode se colocar na posição de um ser superior que ensina um grupo de ignorantes, mas, deve se colocar na condição de quem ensina um saber novo, diferente, a outro que não tem o mesmo conhecimento. E, como ser de relação e integração, o homem deve sair de si e transcender com os outros, com o mundo e pelo mundo, captando a realidade e fazendo-a objeto de conhecimento. Cabe à Educação, o papel de estimulação e afirmação do homem como homem, sem acomodação. “Adaptar é acomodar, não transformar” (FREIRE, 1979, p.32).

É necessário oportunidades para que os educandos sejam eles mesmos, não os impedindo de criar, possibilitando o desenvolvimento de uma consciência crítica que permita transformar a realidade criando a própria história. Não há transição sem ponto de partida, um processo e ponto de chegada, portanto, o amanhã se cria num ontem que transpassa o hoje. Educação não é *status* pertencente a uma elite governante que tem as próprias diretrizes; é libertadora e universal. Jamais ingênua ou alienada. Uma sociedade alienada não tem consciência de seu próprio existir. É inautêntica e irresponsável. “A sociedade alienada não se conhece a si mesma; é imatura, tem comportamento exemplarista, trata de conhecer a realidade por diagnósticos estrangeiros” (FREIRE, 1979, p.36).

A sociedade está em constante transição. E, assim, surgem novas possibilidades e valores para as massas populares dentro de um processo de democratização, exigindo voz e voto no processo político da sociedade. Percebem que a Educação lhes abre perspectivas, novos *status* e mais possibilidades educativas. Segundo Paulo Freire, é o que chamamos de Educação das massas: “Uma sociedade justa dá oportunidade às massas para que tenham opções e não a

opção que a elite tem, mas a própria opção das massas. A consciência criadora e comunicativa é democrática” (1979, p.38).

O educando recebe passivamente os conhecimentos, tornando-se um depósito do educador. O professor, ainda, é um ser superior que ensina a ignorantes. Isso forma o que o Paulo Freire classifica como uma “Consciência Bancária”. Com esse sistema, somente se formam indivíduos medíocres, porque não há estímulo para a criação.

Na Consciência Ingênua, há uma busca de compromisso; na Consciência Crítica há um compromisso e, na consciência fanática, uma entrega irracional. “O Homem é consciente e, na medida em que conhece, tende a se comprometer com a própria realidade” (FREIRE, 1979, p. 40).

A consciência crítica é inquieta, indagadora e reconhece que a realidade é mutável e somente acontece pelo processo educativo de conscientização, o que exige crítica.

### **3.5 PAULO FREIRE: A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA AUTONOMIA E DA LIBERDADE**

Para Paulo Freire as classes abastadas exercem uma opressão sobre as classes populares, produzindo a desigualdade social. A Educação é a forma de despertar a criticidade dos estudantes, produzindo a consciência social, moral e a autonomia.

Aprender é um ato revolucionário. Pela educação, o indivíduo deve tomar consciência da sua condição humana, assumir o controle e o seu papel na própria história, conhecendo sua capacidade de transformação do mundo. A ideia é que a leitura de cada palavra proporcione a leitura crítica do mundo, permitindo a compreensão da realidade social e política. Essa seria a essência da Educação emancipadora e autônoma, que possibilita que as pessoas de classes menos favorecidas da sociedade desenvolvam uma consciência crítica da própria situação e percebam-se como protagonistas da própria história, capazes de transformar a realidade e o futuro. Para que haja lutas, é necessário conhecer as limitações e os problemas, pois ninguém transforma o que não conhece; e o grande risco é que, se a Educação não for emancipadora, o sonho dos oprimidos serão o de serem opressores.

A Educação libertadora e problematizadora pode ser constituída num processo onde educador e educando aprendem juntos. Essa visão se à “educação bancária”, em referência aos bancos escolares; é como se a Educação fosse um ato apenas de depositar conteúdo. Na Educação bancária, o educador é o único detentor do conhecimento e, do outro lado, o

educando, como um ser que nada saberia. Dessa forma, a escola suprime a capacidade crítica dos seus estudantes.

Segundo Freire (1985), os sistemas de relações sociais dominantes criam uma "cultura do silêncio", infundindo uma autoimagem silenciada e negativa aos oprimidos. O estudante deve desenvolver uma consciência crítica para reconhecer que essa cultura do silêncio é criada para opressão, fazendo que os indivíduos dominados percam o sentido para os questionamentos e respostas críticas à cultura imposta pelas classes dominantes. A escola deve se preocupar para não se tornar o local convencional de dominação, através do qual a cultura do silêncio se implanta, eliminando os caminhos reflexivos que levam a uma linguagem crítica.

É hora de pensarmos numa prática pedagógica efetivamente libertadora ou emancipadora diante de tantas fragilidades sociais apresentadas contra as mulheres, negros, transgêneros, pobres, idosos e crianças. Toda escola é socialmente um espaço de mudanças significativas. Nenhuma prática ou ação pedagógica será libertadora se não houver clareza das práticas metodológicas e de qual currículo se quer construir, bem como da formação almejada. Construir espaços de esperança no interior das escolas deve ser também o projeto para uma sociedade que almeja ter a Educação como prática e alicerce para a liberdade e para a emancipação.

Para Freire, “a primeira condição para que um ser humano possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir” (1985, p. 16). Portanto, a ação só pode ser considerada consciente e participativa, se os excluídos sociais forem capazes de compreender a própria história e a própria identidade. Para esse educador, de nada vale saber ler e escrever se a realidade permanece inalterada.

No que tange aos professores, quanto mais estes profissionais forem alienados, descolados de sua prática, pior será a sua condição eu-mundo; um profissional tão somente levado pelas circunstâncias e pelo servilismo. Sendo assim, Paulo Freire considerava que os professores para atingirem os seus alunos e compreenderem a sua própria prática social, necessitavam romper com o que denominou de consciência ingênua e atingir a consciência crítica. Na consciência ingênua, há uma busca de compromisso; na consciência crítica há o compromisso; numa consciência fanática, uma entrega irracional.

Dessa forma, os professores não devem se entregar às questões educacionais como um missionário que libertará seus educandos das trevas da ignorância. Não cabe ao professor ser um depositário de conteúdos como na educação bancária, mas um sujeito histórico e

comprometido com a sua própria prática social. O professor como sujeito histórico é um agente de mudança da estrutura social. Nesse sentido,

[...] quanto mais for levado a refletir sobre sua situacionalidade, sobre seu enraizamento espaço-temporal, mais emergirá dela conscientemente carregado de compromisso com sua realidade da qual, [...], não deve ser simples espectador (FREIRE, 1985, p. 61).

A ingenuidade, diante dos acontecimentos históricos, é um dos grandes pontos de discussão de Freire. Para ele, o professor crítico ao se deparar com um fato, tenta se afastar o máximo dos preconceitos, “não somente na captação, mas também na análise e na resposta” (FREIRE, 1985, p. 40-41).

A reflexão crítica da prática é uma exigência da relação teoria/prática, sem a qual a teoria se torna “só palavras”, enquanto a prática, ativismo transformador. Nada mais atual o que Freire nos aponta. A primeira condição para que um professor possa se comprometer com a ação pedagógica é ter plenamente a capacidade de refletir e agir. Assim, ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos e nem formar, é ação pela qual um sujeito criador dá forma, alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência. Esse dualismo, apesar das diferenças, não se podem separar ou reduzir a condição de objetos um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.

Só há apropriação do ensino quando o aprendiz se torna capaz de recriar o aprendizado nos afazeres cotidianos, ou seja, uma experiência global, diretiva, ideológica, pedagógica, estética e ética. O processo de aprender pode deflagrar no aprendiz uma curiosidade crescente, tornando-o criador e construtor, desenvolvendo a “curiosidade epistemológica” com a qual se pode alcançar o conhecimento do objeto. Essa é a grande missão. Nesse processo de construção, o educador, democrático e crítico, em sua prática docente, deve impulsionar a capacidade crítica e a curiosidade dos educandos com rigor metódico, aproximando-os dos objetos a serem conhecidos.

Para Freire, um educador deve ser criativo, instigador, inquieto, curioso, humilde e persistente. O educando deve ter a clareza de que o professor/educador tem experiência de produção de saberes na área e que, mesmo que sejam apresentados a eles, não podem ser simplesmente transferidos. Em conjunto, alunos/professores devem se transformar em reais construtores e reconstrutores do saber, não apenas memorizadores e repetidores de frases e ideias inertes, mas, desafiadores em busca de novos aprendizados. Ao se produzir novo conhecimento, supera-se outro que antes foi novo e fez-se “velho”, e dispõe-se a ser

ultrapassado por outro hoje ou amanhã. Ensinar é sempre um estímulo à pesquisa da busca e validade pelo novo, criando possibilidades aos alunos para a própria construção do conhecimento.

O educador deve ter sempre em suas ações que ensinar exige consciência do inacabado, portanto, estar predisposto às mudanças, à aceitação do diferente, considerando que nenhum ser humano nasce pronto, sempre está em busca de algo novo, redescobrir-se e descobrir o mundo. O ato de ensinar exige apreensão da realidade, respeito à autonomia do estudante, sua dignidade e sua identidade, bem como o bom senso, sem faltar ética, consciência, comprometimento, liberdade, consciência, alegria, disponibilidade ao diálogo e esperança nas ações profissionais como forma de intervenção no mundo. Toda essa Pedagogia não pode se dissociar dos processos educativos e do mundo do trabalho.

O diálogo se torna fundamental e indispensável no caminho a ser trilhado nessa prática libertadora. Destaca-se a importância do diálogo como parte de um currículo humanizado, tornando os interlocutores protagonistas, dentro do processo de conquista das próprias liberdades. Como afirma Freire (1967, p. 108), “quem dialoga, dialoga com alguém sobre alguma coisa”. Esse diálogo, e o que é transmitido, compõem a informação e o vínculo entre as realidades das pessoas ou grupos. A escola assume um papel de participação, colaboração e mediação, deixando o papel autoritário de dona do conhecimento, propondo o diálogo horizontal à comunidade escolar.

### **3.6 A PRÁTICA EDUCATIVA NO ENSINO MÉDIO**

Paulo Freire nos traz uma reflexão sobre a prática educativa docente, para um ensino a favor da autonomia dos educandos. Afirma não haver docência sem discência, que ensinar não é tão somente transferir conhecimento sendo uma especificidade humana. Os educadores devem aproximar o máximo suas práticas educativas da realidade e dos objetos de conhecimento para que os estudantes se apropriem dos objetos cognoscíveis com criatividade, curiosidade, persistência, ética e autonomia. O respeito aos saberes, construídos na prática comunitária das camadas populares menos abastadas devem ser discutidos, relacionados e ensinados, através de reflexões sobre as diferenças existentes na sociedade.

Os educadores devem propiciar condições para que os educandos se assumam como seres pensantes e transformadores da história, refletindo e agindo corretamente sem preconceitos, mesmo com a capacidade de odiar e amar. A relação entre professor e aluno deve ser dialógica, aberta e indagadora e não passiva ou coercitiva. O professor deve ter

comprometimento com o educando, com profissionalismo e seriedade nas *práxis* educativas, estimulando os educandos e respeitando a liberdade e a autonomia.

Freire considerava a Educação uma arma poderosa contra a alienação e a opressão, essencial para a efetivação da liberdade humana. O ser humano se compromete quando reflete sua ação e distancia-se de sua realidade, observa-a e transforma-a. O compromisso social sempre é solidário e para o bem comum, sem objetivos materiais, principalmente, aos determinados pela sociedade como manobras ou coisificação das pessoas.

Paulo Freire (1967) propõe à Educação a reflexão e a consciência do inacabado. Portanto, um docente em constante aperfeiçoamento, inquieto nas suas descobertas, aberto às mudanças e consciente das imperfeições. Propondo a busca do conhecimento nas interrelações (dodiscência), pois sempre aprende com o outro, seja com o estudante seja com o meio social. Como ser de relações, que ensina e aprende, reflete sua própria realidade e também estimula a consciência reflexiva do outro. Como sujeito ativo no processo de mudança, o educador propõe possibilidades, expõe pontos certos e duvidosos, caminhos e projetos metodológicos que levem os estudantes a conquistas, tornando viável e perceptível as situações antes precárias.

O processo educativo, mesmo dividido em fases ou etapas, está condicionado à continuidade, a ajustes ou à inovação, com possibilidade de mudanças no projeto de vida durante esse trajeto. Esse processo de mudanças se dá pela reflexão, autonomia e conscientização do que deseja para o futuro. O diálogo contínuo, ativo e crítico, sempre revisando as práticas com amor, esperança e confiança, geram uma cultura de respeito e aproximação entre docente e discente.

A Educação deve estar sempre disposta a abrir portas, dispor mudanças e transformações na vida de educadores e educandos. Deve apresentar conceitos, reflexões e análises a respeito de compromisso, da estrutura social da sociedade e da própria Educação, mesmo com ideias diferentes, facilitando as opções nos processos de mudanças, levando em conta a principal busca do homem: ser bom e melhor a cada dia. Uma ação reflexiva existencialista. O educador deve estar sempre disposto a levar seus educandos a construir o conhecimento pela curiosidade, pesquisa, questionamentos e sem conformismo, pela crítica e pela transformação.

Algumas ações são importantes no processo de formação, entre elas o PDI – Plano de Desenvolvimento Individual. O PDI é um planejamento organizado para o desenvolvimento da aprendizagem e da formação dos jovens, com acompanhamento da família, da escola e dos educadores. É preciso encontrar no próprio estudante as respostas para a construção de ações e

estratégias que garantam o direito ao acesso e à permanência na instituição de ensino, à aprendizagem e à autonomia para as escolhas.

## **CAPÍTULO IV**

### **ANÁLISE E RESULTADOS**

Nesta etapa, a proposta é apresentar os caminhos delineados e os resultados, objetivando maior rigor possível nos procedimentos sistemáticos, adotando como metodologia de pesquisa a revisão de literatura.

Em princípio, a leitura e a análise documental da BNCC, com foco nas competências gerais para a Educação Básica, assim como nos autores contemporâneos, os quais refletem sobre uma Educação inovadora, tendo a inclusão digital como prática do cotidiano educacional dos professores e estudantes, por isso a necessidade de ressignificação das práticas, visto que, na atualidade, as TDIC não fazem parte do cenário educativo. A preocupação com essa etapa de conhecimento, com a realidade atual e com os caminhos que se abrem, a partir da proposta da BNCC, desde que seja inovadora e acolhedora, possibilita transformações na formação dos jovens para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho.

Alicerçados em temas e nos pensadores contemporâneos (Freire, Kenski, Rojo, Fofonca), foi possível teorizar o processo de pesquisa para delinear o cenário educativo, avanços e desafios ao novo Ensino Médio.

Esta pesquisa, de linha qualitativa, transcorreu em três fases:

- 1) Leitura e análise da proposta da BNCC para a Educação Básica, aspectos gerais.
- 2) Análise das competências proposta pela BNCC para a Educação Básica e das Competências específicas para as áreas do Ensino Médio.
- 3) Leitura e análise das contribuições literárias de pensadores contemporâneos que oferecem reflexões e aprofundamento sobre a Educação como prática libertadora, tendo as TDIC como uma das formas de ressignificar a ação pedagógica dos educadores e a formação dos estudantes.

A pesquisa foi organizada em quatro tópicos, assim divididos:

Capítulo I: Aspectos gerais da BNCC para o Ensino Médio: Caminhos propostos, os itinerários formativos e reflexões sobre as TDIC na educação.

Capítulo II: As 10 competências gerais da BNCC para a Educação Básica e as competências específicas às áreas do novo Ensino Médio.

Capítulo III: Os desafios da prática educativa contemporânea: as críticas à BNCC e contribuições freireanas sobre a ressignificação da prática educativa.

Capítulo IV: Análises e resultados: Apresentação das análises e resultado das reflexões da BNCC e das contribuições literárias com o propósito de ofertar aos estudantes um ensino

que se torne atrativo e útil. Todos os autores, lidos e refletidos, vislumbram uma Educação transformadora e/ou libertadora aos estudantes. A BNCC propõe a possibilidade de escolha dos itinerários formativos, incluindo formação técnica profissional e a garantia de direitos de aprendizagens comum a todos os estudantes brasileiros. Assim, teoricamente, a responsabilidade de escolha e autorrealização recai sobre os estudantes.

As dez Competências Gerais para a Educação Básica serão atingíveis através do estudo dos componentes curriculares, intermediadas pelas TDIC e de forma trans ou multidisciplinar. A exploração do material trouxe possibilidades concretas e inovadoras. Especificamente, ao que se refere ao novo Ensino Médio, a BNCC propõe um processo de formação que inclui formação técnica profissionalizante, o que para muitos jovens das escolas públicas é a possibilidade de melhores empregos e condições de vida para si e para suas famílias. Hoje não existe essa possibilidade. Se aliado às competências gerais e específicas às áreas do Ensino Médio, as TDIC trarão ingredientes sólidos para a formação transformadora e libertadora na contemporaneidade, era marcada pela transformação tecnológica e digital.

As análises mostram que é possível e viável a proposta para o novo Ensino Médio, desde que haja investimento nas escolas, ajustes estruturais e comportamentais, portanto, compromisso social e político. A escola, como espaço de troca e multiplicação de conhecimento, abriga no seu interior a necessidade de se tornar um ambiente acolhedor, propício ao acolhimento, às informações, às interações e à construção do conhecimento.

#### **4.1 PROBLEMAS ATUAIS ATRIBUÍDOS AO ENSINO MÉDIO**

A última etapa da Educação Básica se consolida como a mais emblemática portanto necessita de avaliações contínuas, pesquisas e, principalmente, transformações.

De acordo com o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, para uma mudança efetiva, faz-se necessária uma política pública com ações integradas e permanentes que consolide a ação conjunta entre os entes federados de modo a reverter os problemas que atualmente afligem a última etapa da Educação Básica, muitos deles, resultados de uma negligência histórica com a Educação da juventude brasileira. Dentre as ações o Movimento assevera como necessidade:

A consolidação de uma organização curricular que respeite as diferenças e os interesses dos jovens, mas que, ao mesmo tempo, assegure a formação básica comum e de qualidade; que se de uma forma de avaliação no Ensino Médio que possibilite o acompanhamento permanente pelas escolas do desempenho dos estudantes com vistas à contenção do abandono e do insucesso escolar; a ampliação dos recursos financeiros com vistas à reestruturação dos espaços físicos, das condições materiais, da melhoria

salarial e das condições de trabalho dos educadores; construção de novas escolas específicas para atendimento do Ensino Médio em tempo integral; indução à formação de redes de pesquisa sobre o Ensino Médio com vistas a produzir conhecimento e realizar um amplo e qualificado diagnóstico nacional; articulação de uma rede de formação inicial e continuada de professores a partir de ações já existentes como PARFOR e PIBID; fomento a ações de assistência estudantil com vistas a ampliar a permanência do estudante na escola; atendimento diferenciado para o Ensino Médio noturno de modo a respeitar as características do público que o frequenta; elaboração e aquisição de materiais pedagógicos apropriados, incluindo os formatos digitais; criação de uma rede de discussões para reconfiguração dos cursos de formação inicial de professores, envolvendo as várias entidades representativas do campo educacional, estudantes, professores e gestores (MOVIMENTO NACIONAL EM DEFESA DO ENSINO MÉDIO, 2016).

Os estudos e análises dos referenciais mostram que, na escola atual, torna-se impossível tal implementação por falta de recursos, de adequação dos espaços, da formação dos professores e, ainda, há a questão do tempo e da permanência dos estudantes na unidade escolar. Outro empecilho é o olhar dos estudantes e dos pais para a escola. Para que a Educação almejada possa ser disponibilizada e adquirida, duas ações serão necessárias: a reaproximação dos pais ou responsáveis, em conjunto, com a abertura das escolas e com as escolhas dos estudantes, promovendo autonomia.

#### **4.2 O OLHAR NEGATIVISTA, A DESMOTIVAÇÃO E O BAIXO DESEMPENHO**

A certeza de que o conhecimento transforma vidas é ponto inicial de transformação na Educação, contribuindo para contínuas mudanças nos padrões familiares e individuais, comprometendo-se socialmente e academicamente.

Freitag (1980) assim descreve:

É no processo educacional que essas coisas ao mesmo tempo, que, são impostas de fora ao indivíduo, são por ele “internalizadas” e com isso reproduzidas e perpetuadas na sociedade. O indivíduo (...) depois de educado, adquire uma segunda natureza, que o habilita a viver em sociedade dando prioridade às necessidades do todo (FREITAG, 1980, p.16).

É necessário repensar a escola e a Educação que queremos, e qual futuro se quer às gerações vindouras. Para tanto, será importante devolver à Educação Básica a sua importância e sua significativa formação para a cidadania e técnica para o mundo do trabalho, destituindo a banalização das instituições escolares e de seus profissionais, ofertando aos jovens a possibilidade de mudanças individuais e transformação social, conforme prevê a Constituição Federal nos artigos 205 e 214.

É por termos a ciência que sabemos muita coisa, é que ignoramos muito mais do que sabemos, por isso, é que estamos sempre aprendendo. Espera-se que o novo Ensino Médio, se comungado e corresponsabilizado, principalmente, pela comunidade escolar, poderá, sim, ser positivo e fazer a diferença para as novas gerações. Portanto, é importante desnaturalizar o olhar negativista para com essa etapa da Educação Básica, para vislumbrar e implementar as reformas e as adequações necessárias para que façam diferença aos jovens e, conseqüentemente, à sociedade.

Desse olhar negativista, surge a falta de motivação, pois, no pensamento de muitos estudantes, são momentos e tempo perdidos, sem sentido e desnecessários. Não trazem nenhum benefício para o presente e nem para o futuro. Por isso, acarreta outra consequência: o baixo desempenho. Estando na escola, sem motivação e por obrigação, considerando, ainda, o olhar pessimista, muitos estudantes passam a considerar como um momento somente social, de encontro com os amigos, desconsiderando a finalidade da escola como local de aprendizagem e de construir conhecimento. Nesse contexto, sempre haverá um desempenho abaixo do esperado.

Esse desinteresse, absurdamente, anormal, o qual se apresenta comum à quase totalidade dos estudantes, mostra que há necessidade de desnaturalizar a forma de olhar para a escola, algo que se espalha sorrateiramente na sociedade desde a mais tenra idade. É um mal que influi na Educação e na aprendizagem sem alarde.

#### **4.3 EVASÃO ESCOLAR, ALUNOS FORA DA ESCOLA E DÉFICIT DE VAGAS**

No Brasil, ainda, há um problema estrutural, em muitas regiões faltam vagas mesmo sendo um direito Constitucional. Os jovens estão fora da escola por muitas razões: porque têm que trabalhar para ajudar a família, ou porque estão distantes de uma unidade escolar. Sem acesso, estão impossibilitados de frequentar as escolas ou, simplesmente, porque não querem e não necessitam, ou seja, têm desinteresse. Diferente, desse contexto, há um fenômeno chamado evasão, onde os jovens têm oportunidade, estão matriculados e por razões diferentes, as quais sempre começam com o olhar negativista e desmotivador, acabam por abandonar a escola. Preferem subempregos, deixando ser levados pelos sonhos, pela melhoria tanto para si como para seus familiares.

Dessas situações, surgem duas consequências inconcebíveis para a contemporaneidade: o analfabetismo e o analfabetismo funcional. E isso é muito perceptível no Ensino Médio. São alunos que não conseguem apresentar as habilidades de leitura, escrita ou

reflexões de acordo com o ano em que estudam. Alguns exercem uma ou outra habilidade. Assim, torna-se importante uma retomada de conteúdos e de habilidades por esses estudantes.

#### **4.4 FORMAÇÃO ADEQUADA E FALTA DE PROFESSORES**

Outro grave problema, na última etapa da Educação Básica, é a formação dos professores. Muitos não têm domínio para utilizarem as tecnologias como ferramenta no ensino e na aprendizagem, e não há capacitação para inovarem a prática pedagógica em sala de aula. Cabe ao docente, rever a ação pedagógica e estar aberto ao novo. Os problemas se apresentam também como um desafio às entidades que formam os educadores, que têm a função e a responsabilidade de mediar e intervir na formação dos estudantes.

Hardagh (2018) afirma que:

Professores em formação continuada incorporam as ferramentas digitais em suas práticas pedagógicas, se apropriando do potencial técnico destas para a aprendizagem, com o objetivo de acolher conhecimentos e recursos digitais em suas práticas de modo a serem capazes de proporem estratégias educacionais para suas comunidades. A aliança entre recursos tecnológicos e a capacidade pedagógica, conectados às forças da sociedade civil, à escola e à família, são a base sólida para formar cidadãos mais conscientes e autônomos (HARDAGH, 2018, p. 04).

A formação tecnológica é essencial para a contemporaneidade onde os estudantes convivem com as tecnologias no cotidiano; é, por isso, que deverá ser uma ferramenta imprescindível na Educação.

Além da formação universitária e da continuada serem deficitárias, a falta de professores também deve ser considerada. Nos grandes centros, muitos professores ministram aulas para componentes curriculares não sendo especialistas desses conhecimentos, ou seja, nem sequer fizeram as licenciaturas referentes a esses componentes. Se pensarmos em um país de dimensão continental, como o Brasil, onde o MEC almeja implantar o novo Ensino Médio, em locais longínquos, o problema se torna ainda mais acentuado. É necessário construir um processo de enfrentamento das limitações e da realidade de cada estudante, mudanças que sejam significativas, produzindo indivíduos íntegros e livres.

#### **4.5 RESSIGNIFICAÇÃO DOS PROFESSORES E INVESTIMENTOS**

A escola é um espaço institucional e constitui-se em um local de interações entre professores e alunos e na relação entre eles. No entanto, pensar a escola, na atualidade, requer dos educadores reflexão sobre sua importância e sobre seu papel na sociedade, além de muita vontade, fé, esperança, garra e determinação.

A escola deve pensar criticamente o presente e planejar criticamente o futuro, comprometida com o bem comum da coletividade. Portanto, compete ao professor a função de se posicionar como elo, mediador, entendendo que o estudante não é vazio e que tem uma historicidade como parte de sua formação, principalmente a familiar. Dessa forma, ouvir o estudante serve como ponto de partida. Não é um processo de transferência conforme afirma Freire (1996):

[...] saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, as suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento (FREIRE, 1996, p. 47).

Saber ouvir é também educar. O professor em sala perpassa o limite do próprio conhecimento e, ao ouvir, mostra como o estudante/educando deve agir. Perfaz uma relação entre eles. Essa relação, diminuindo distâncias, ajuda o estudante para com suas responsabilidades, compromissos e engajamento, contribuindo inclusive com resultados positivos, amenizando os fracassos. Freire observa que “não é o fracasso escolar, mas, sim, o fracasso da sociedade inteira”, juntamente com a comunidade educativa.

Sabe-se que a Educação é o principal meio de transformação social, mas vem tomando outros significados e acaba legitimando valores ditos pela classe dominante. É, nesse contexto, de formação própria dos estudantes, para um olhar diferenciado da sociedade e das ações políticas sociais que professores necessitam ressignificar suas práticas. Portanto, algumas ações são necessárias à formação contínua para o uso de tecnologias no processo formativo, tanto dos professores como dos alunos. No entanto, para que haja transformações significativas na Educação não podemos deixar de mencionar a necessidade de políticas públicas que concedam a ela os investimentos necessários.

As escolas atuais não se encontram em condições de oferecer espaços de trabalho adequados aos professores e aos estudantes, como prevê o MEC/BNCC ao Ensino Médio, tais como: internet nos variados ambientes escolares, sala de multimídia/informática com equipamentos que atenda às necessidades de toda comunidade escolar, além de equipamentos aos estudantes, ao menos no período de aula. Percebe-se a necessidade urgente de adaptação dos ambientes escolares para se pensar em uma nova proposta de Educação, utilizando as TDIC como meio de alfabetização, construção e propagação dos conhecimentos construídos pelos estudantes como prática da eficácia da apreensão dos objetos estudados e aplicados no dia a

dia, constituindo-se numa formação autônoma, livre, emancipatória, esperançosa e transformadora.

Espera-se que, com as transformações necessárias, tenhamos mais qualidade de ensino, menos violência escolar, melhor estrutura e mais políticas públicas que incentivem e deem oportunidade de trabalho aos professores, assim com, oportunizem melhores condições e possibilidades aos estudantes.

#### **4.6 O NOTÓRIO SABER E O TEMPO NA UNIDADE ESCOLAR**

Duas questões que merecem comentário e reflexão são: o tempo dos estudantes na unidade escolar e professores com notório saber.

O notório saber é ponto crítico, com discussões abertas no colégio docente e que, geralmente, causa indignação, visto que há exigências específicas para professores, para pedagogos e para especialistas em cada área dos componentes curriculares, e, neste molde, aponta profissionais, reconhecidos com notório saber, apenas com experiência na área técnica/profissional. Até mesmo a expressão “notório saber” necessita melhores esclarecimentos. Somente os profissionais com formação superior se encaixam neste “notório saber”, ou profissionais que tenham experiência profissional, sem formação acadêmica, estão também nessa classe?

Se por um lado os professores não possuem conhecimento das áreas técnicas, os profissionais reconhecidos com notório saber não têm conhecimento didático-pedagógico para desenvolver as metodologias de ensino que possibilitem aos estudantes uma aprendizagem das disciplinas técnicas escolhidas e, ou oferecidas. As escolas, obrigatoriamente, deverão ofertar ao menos uma formação técnica ou profissionalizante. E se o curso pretendido pelo estudante não existir na escola em que estuda e depender de transporte, o Estado arcará com o transporte do estudante? Em que momento, pois o aluno permanecerá um tempo maior na escola?

Ainda há muitas questões abertas e que influenciam diretamente na vida do estudante. A ampliação do tempo do estudante na unidade escolar é um ponto que abrange uma série de mudanças estruturais. Não é somente o tempo na escola. Para que o novo Ensino Médio seja implantado, as escolas deverão se adaptar, revitalizando e reformando espaços, como cozinha, refeitório, área de lazer e descanso. Devido ao tempo estendido, haverá um aumento considerável de alimentos consumidos em cada unidade escolar. Será necessário um investimento bem superior ao atual, assim como ocorre nos Programas de Ensino Integral (PEI), onde são servidas três refeições.

Alia-se a essa questão, a falta de equipamentos, espaço de lazer e laboratórios que serão de extrema necessidade devido à questão do tempo e a implantação dos cursos técnico/profissionalizante. Se o horário de aulas permanecerem os mesmos, com entrada as 7h00 e saída as 12h35, não haverá tempo hábil para encaixar as disciplinas do curso técnico/profissionalizante. Soma-se, ainda, a questão tempo, a formação contínua dos professores e os itinerários formativos escolhidos pelos alunos.

Percebe-se que os desafios são grandes e necessitam de investimento e criação de soluções, além de planos para que o novo Ensino Médio seja interessante e atenda aos anseios e projetos dos alunos.

Com o novo Ensino Médio, pretende-se fechar uma lacuna constitucional da qual é dever do Estado, da família e da sociedade, ou seja, oferecer aos jovens uma Educação formativa emancipatória, profissional e humana, sempre articulando os saberes acadêmicos com os cursos técnicos ou profissionalizantes, necessidade do novo mundo tecnológico em constante transformação. Acredita-se que essas iniciativas possam ser importantes, principalmente, àqueles em condições de vulnerabilidade social, fazendo sentido ao estudante, com currículos flexíveis conectados às suas perspectivas, diminuindo inclusive as faltas e a evasão. Pretende-se que ao saírem do Ensino Médio, com uma formação técnica profissional, os jovens tenham melhores opções de inserção social, profissional e menor risco de aumentar as desigualdades.

Foi pensando em um ensino que faça sentido para os jovens que o Ministério da Educação propôs mudanças muito significativas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), principalmente, no Ensino Médio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A proposta é que o novo Ensino Médio seja ajustado e esteja em vigor até 2022.

Que o Novo Ensino Médio traga, na prática, as condições necessárias para que os jovens possam ter suas metas e sonhos conquistados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados sobre a proposta da BNCC para a Educação Básica, bem como os estudos sobre as competências específicas dessa etapa e das competências básicas referente às áreas do Ensino Médio, além das contribuições de teóricos contemporâneos, faz-se necessário adentrar no universo e nos espaços dos jovens para então analisar e refletir os passos a serem tomados para que essa etapa de formação seja realmente um diferencial para o estudante, em sua individualidade e, conseqüentemente, para a sociedade.

A necessidade de uma profunda e profícua análise visa o entendimento sobre as formas com que se efetivarão tais propostas, ou seja, como acontecerão as implantações e as ressignificações necessárias para que o novo Ensino Médio possa ser efetivamente implantado.

Uma reflexão crítica, a partir da releitura de velhas práticas educacionais, será importante para que o novo Ensino Médio possa ser oportunizado. Espera-se que a reforma educacional, com liberdade e autonomia nos itinerários formativos, torne o estudante ávido pelo conhecimento transformador e libertador, ressignificando, inclusive, valores individuais e sociais.

Tal proposta reflexiva e crítica se estende aos educadores para possibilitar uma visão ampla da importância das ações docentes frente às necessidades contemporâneas. Não se trata de trabalhos individualizados, mas, coletivos, que construam elos entre os diversos cargos e funções nas unidades escolares e, principalmente, entre docentes e discentes.

A proposta da BNCC, com os itinerários e as teorias atuais, propõe mudanças das práticas educativas para que o Ensino Médio possa se tornar atrativo, com caminhos que contemplem as competências básicas: conhecimento, pensamento científico, cultura digital, autoconhecimento, empatia e responsabilidade/cidadania; ou seja, formação que inclua as competências socioemocionais, ética, tecnológica, cidadã e para mundo do trabalho.

Os desafios são muitos, desde a estrutura à ressignificação profissional dos professores, passando por políticas públicas de investimento. Somente com investimento e revitalização dos espaços, as unidades escolares poderão ofertar possibilidades aos estudantes, sem distinção, além de uma formação profissional condizente com a necessidade dos mesmos. Apesar de que muitos estudantes, ainda hoje não têm essa oportunidade por diversos motivos. Alguns não possuem condições financeiras para o transporte até uma unidade onde possam receber uma formação técnica capaz de suprir seus anseios e expectativas; outros trabalham no período oposto ao que estudam, não tendo tempo para tal formação. As competências deverão ser trabalhadas em todos os componentes curriculares, cada uma com as contribuições

específicas, sempre visando formação para a cidadania e formação profissional. Fato que irá contribuir efetivamente para que cada competência seja concretizada, compreendendo o que é a ciência e como se faz ciência, além de ampliar o repertório cultural e digital, elaborando projeto de vida como, por exemplo, a preparação para o mundo do trabalho, ressaltando a adequação da tecnologia como intermediadora dos processos na Educação.

As dez competências para a Educação Básica, trabalhadas de forma inter e multidisciplinar, deve preparar os estudantes para a formação acadêmica, para a cidadania e para o mundo do trabalho. Pretende-se que o conhecimento possa ser mais acessível e interessante para os jovens estudantes.

Analisando a proposta da BNCC e revendo o atual momento e as possibilidades de ressignificação, no Ensino Médio, como fase transitória, formativa, social e de preparação para o mundo do trabalho, é que se percebe a importância das competências básicas. Se realizadas e adquiridas plenamente, os jovens terão suas realidades transformadas, e a Educação terá sua função social contemplada. A possibilidade de uma Educação que abra espaços para a autonomia dos envolvidos, no processo educativo, oferecendo oportunidades e ferramentas para ensinar e aprender, além de ressignificar a prática educativa, auxiliará e preparará o educando a viver em sociedade e a atuar no mundo do trabalho.

As competências permitem que os estudantes desenvolvam as habilidades propostas pelos componentes curriculares e as aprendizagens estipuladas pela BNCC. Este é convidado a deixar a inércia durante as aulas, motivando-se a assumir sua própria autonomia e responsabilidade, com escolhas de itinerários formativos, participando e interagindo, construindo o próprio projeto de vida, com objetivos claros e expressando valores próprios e sociais.

Cada competência trabalhada nos diferentes componentes curriculares possibilitará aos estudantes a formação proposta pela BNCC: acadêmica, cidadã e preparação ao mundo do trabalho.

No entanto, para a implementação do novo Ensino Médio, também, caberá às escolas propor e implantar adequações em seus espaços, equipamentos e nivelamento da comunidade escolar para concretização de ações pedagógicas que possibilitem o trabalho a partir das competências básicas e das áreas, aproximando a realidade dos estudantes à contemporânea. As escolas deverão ser reformadas em seus espaços físicos e preparadas para o novo momento. O fato de muitas escolas não apresentarem recursos tecnológicos compatíveis e acesso à internet inviabiliza muitas das propostas da BNCC para o Ensino Médio, na preparação para o mundo

do trabalho e no trabalho com as TDIC. Também será necessário um local destinado à formação técnica ou profissionalizante com equipamentos próprios de cada área.

As adaptações dos espaços passarão por ambientes como cozinha, refeitório, espaço de lazer, sala de reuniões e de estudos, além de sala de informática/multimídia, pois, com tantas inovações o tempo de permanência dos estudantes e educadores será acrescido. Não podemos esquecer a alimentação, tanto na questão quantidade como qualidade, portando, mais investimento. Setores de apoio, como limpeza, cozinha e organização escolar (AOE), sofrerão ajustes na quantidade de funcionários.

Outro fator preponderante, é a formação dos professores. Sendo assim, também, será necessário que instituições de ensino superior, nos cursos de licenciatura, ajustem os programas formativos e incluam nas suas grades as competências tecnológicas aliada às competências já existentes. Já que muitos professores não possuem, ou possuem pouco conhecimento relacionado às TDIC para enriquecer a prática pedagógica. Portanto, um caminho árduo será traçado, adequando tecnologia ao projeto interdisciplinar ou multidisciplinar, conforme planos e passos definidos pela comunidade escolar. Espaço para treinamentos e capacitação dos docentes se torna importante como parte integrante da ressignificação desejada. Para ressignificar as práticas, os educadores deverão reavaliar metodologias para que os estudantes se sintam motivados a partir das propostas da BNCC para o novo Ensino Médio.

Uma proposta possível para a comunidade escolar será adequar momentos de planejamento e de aperfeiçoamento profissional para os gestores, educadores e funcionários, propiciando tutores e nivelamento por meio de estudos sobre as TDIC, além de oportunizar uma alfabetização digital para entender o processo de ensino e de aprendizagem, de formação social e profissional mediadas pelas TDIC.

Estudos específicos e troca de experiências entre professores e estudantes, também, são propostas de ressignificação para toda comunidade escolar. Assim, num ambiente de trocas de experiências, os professores com notório saber e formação básica em tecnologia poderão colaborar na formação midiática e tecnológica dos educadores dos componentes curriculares, enquanto estes poderão colaborar na formação didática e pedagógica dos educadores com notório saber. Pretende-se que, com a partilha de saberes, os educadores possam interagir na tarefa de educar, formar e emancipar, contribuindo para que os educandos desenvolvam competências e habilidades essenciais para a vivência social e profissional.

Será, nesse contexto, de aprendizagem, aperfeiçoamento e ações colaborativas entre a comunidade escolar que se poderá ofertar uma Educação de qualidade, contemplando as competências básicas, preparando os jovens para a cidadania e para o uso ético da tecnologia.

Assim, é imprescindível que o conceito de competência, proposto pela BNCC ao Ensino Médio, seja compreendido como compromisso com a Educação Integral, indicando o que os estudantes devem saber (habilidades, atitudes e valores) e o que devem saber fazer (habilidades, atitudes e valores para resolver problemas cotidianos, exercício da cidadania e mundo do trabalho). É um olhar inovador e inclusivo sobre questões essenciais do processo educativo, tais como: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado exigido pela sociedade contemporânea.

Nesse sentido, o se reconhecer no contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, crítico, participativo, resiliente e responsável requer mais do que informações. Cada área deve objetivar que os estudantes compreendam conceitos e análises que oportunizem a aprendizagem das próprias competências e das dez competências para a Educação Básica.

Assim, o foco da área de Linguagens e suas Tecnologias está na ampliação da autonomia, do protagonismo e da autoria nas práticas de diferentes linguagens; na identificação e na crítica aos diferentes usos das linguagens, explicitando seu poder no estabelecimento de relações; na apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais e no uso criativo das diversas mídias. Na área de Matemática e suas Tecnologias, os estudantes devem utilizar conceitos, procedimentos e estratégias não apenas para resolver problemas, mas também para formulá-los, descrever dados, selecionar modelos matemáticos e desenvolver o pensamento computacional, por meio da utilização de diferentes recursos da área. A área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias propõem que os estudantes possam construir e utilizar conhecimentos específicos da área para argumentar, propor soluções e enfrentar desafios locais e/ou globais, relativos às condições de vida e ao ambiente. E, as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas concentram-se na análise e na avaliação das relações sociais, dos modelos econômicos, dos processos políticos e das diversas culturas.

Percebe-se que unindo as áreas, há possibilidades de efetivação de todas as competências propostas para o novo Ensino Médio. Um trabalho conjunto que possibilitará a autonomia do estudante na concretização do projeto de vida e das escolhas de itinerários. Nesse processo, é relevante o nivelamento para o uso das TDIC para que todos tenham os mesmos olhares, apesar de perspectivas diferentes, conforme o componente curricular, cargos e funções,

no intuito de possibilitar o aprendizado global do estudante. Os educadores terão a missão de se inserir no universo tecnológico, trabalhar em área de conhecimento, adaptar teoria à prática diária, conforme projeto de vida e curso profissionalizante escolhido pelo estudante.

A tecnologia perpassa os espaços individuais e influencia todas as camadas sociais. É por meio dela que os caminhos deverão ser desbravados para que os jovens possam se adaptar e promover-se no mundo do trabalho, perpassando as carteiras escolares. O estudo sobre as competências das áreas mostram que é possível trabalhar temas/problemas em áreas diferentes num trabalho interdisciplinar. Desse modo, imersos em ressignificações individuais e coletivas do universo escolar, a necessidade de políticas públicas é considerada essencial para que tudo possa ser possibilitado. É por meio dessas políticas e de investimento público que as escolas serão preparadas para esse novo momento.

A escola deve se tornar um espaço transformador com práticas que oportunizem autonomia, liberdade e responsabilidade, tornando-se capaz de tornar a sociedade mais igualitária possível, sem preconceitos. O professor se torna sujeito histórico e agente das mudanças sociais, e o estudante preparado e habilitado para se recriar ou refazer-se por meio dos processos educacionais formativos. A adaptação ao mundo, intermediado por TDIC, é real e urgente. A BNCC, para as áreas do Ensino Médio, propõe as competências como meta a serem atingidas pelos estudantes. A preparação dos jovens para o mundo do trabalho perpassa pelas TDIC. Esse é o grande desafio para a comunidade escolar, principalmente, para os professores, pois, muitos destes não estão inseridos no mundo tecnológico e, muitas vezes, a formação para exercer sua função intermediada por TDIC não é satisfatória.

O novo Ensino Médio deve propiciar uma releitura de mundo e a percepção da realidade social e política, tornando a Educação emancipadora e autônoma. As competências gerais, apresentadas pela BNCC para a Educação Básica, representam um marco, compreendendo formação pessoal, cidadã e acesso ao mundo das tecnologias e do trabalho. Ao compreender a Escola como espaço de construção de conhecimento para uma mudança real de vida, possibilitando um futuro significativo e transformador, esta deve apresentar uma formação mais completa possível, através dos componentes curriculares e das inovações propostas pela BNCC.

O processo transformador deve ser constante e permanente, cabendo à Educação o papel de estimular e reafirmar o estudante como ser social e comprometido com as transformações. A Educação pode propiciar mudanças reais na vida dos jovens estudantes, frente às situações e oportunidades apresentadas na contemporaneidade. A escola, local onde o

conhecimento é concebido, deverá propor ações para educar estudantes livres, responsáveis, autônomos e resilientes.

Os desafios são imensuráveis, pois, o cotidiano apresentará mais dificuldades com as peculiaridades pessoais e profissionais. Mas, podemos destacar a formação dos professores e a ressignificação de suas práticas; a implantação de políticas públicas e investimentos que possibilitem reformas e revitalização necessárias às unidades escolares; fornecimento de equipamentos tecnológicos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos, tanto em qualidade como em quantidade e, ainda, o principal: a vontade dos professores e alunos de ressignificar suas ações.

Os possíveis avanços dependem de soluções prévias como as apresentadas, mas, o que se pode verificar é que as propostas vão ao encontro dos anseios da comunidade jovem, principalmente, o uso de tecnologias na Educação, o que pode fazer com que os projetos de pesquisas e divulgação estejam mais próximo do estudante. Esse processo envolve projetos e ações por área, que podem aproximar o estudante dos temas/problemas do cotidiano, fazendo com que estes percebam a importância e a proximidade dos componentes curriculares em prol da própria formação acadêmica e cidadã e preparação para o mundo do trabalho pelas disciplinas técnica/profissional.

Os desafios são muitos e podemos perceber que as unidades escolares estão despreparadas, além da falta de políticas públicas que viabilizem investimentos, tais como: reformas e revitalização, aquisição de equipamentos tecnológicos e acesso à internet, que possibilite a aprendizagem ampla dos estudantes. Sendo necessário, ainda, a implantação de sala para curso técnico ou profissionalizante, além de preparação dos professores educadores para o uso das TDIC em suas atividades profissionais.

Refletindo a situação do Ensino Médio e a necessidade de mudanças substantivas, entende-se como avanço as propostas. Ao incluir as competências Pensamento Científico, Repertório Cultural, Comunicação, Cultura Digital, Trabalho e Projeto de Vida; e, principalmente, as referências tecnológicas, percebe-se que todas atendem aos anseios e às necessidades dessa geração. E, quando se propõe a imersão de uma formação técnica ou profissionalizante, isso se torna mais atraente, pois muitos jovens não têm essa oportunidade de profissionalização em outros espaços ou em outros momentos da trajetória educacional.

Refletir essas situações foi desafiante, e saber que isso pode estar incompleto instiga reescrever sem se preocupar com o tempo e com o fim, buscando soluções possíveis. Sabemos que as soluções necessitam de legislação que vise ao bem comum. A Educação é complexa e

refletimos apenas uma parte dessa complexidade, fragmento que nos permite reconhecer a pequenez humana no universo do conhecimento, com repentinas transformações e inovações entre sujeitos, objetos e contextos nos quais estão inseridos.

Todos os componentes curriculares estão inseridos no contexto apresentado das competências da Educação Básica. Trabalhar interdisciplinaridade e multidisciplinaridade vai se tornando necessário à atuação profissional do professor educador. A Educação vai se adequando à medida que a sociedade vai se transformando. O crescimento tecnológico apresenta possibilidades didático-pedagógicas nessa nova etapa. Formar uma teia de relações e de comunicação tornará a tarefa facilitada.

A Educação não se faz a partir de uma visão hegemônica. Ela se constitui na diversidade de experiências, no respeito, na perseverança, na reflexão e no amor. Essas relações, mesmo complexas, fazem compreender o que somos, simplesmente, humanos e inacabados.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 2005, p.18. Disponível em: <HTTPS://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 19 de dez. de 2019.  
<https://anec.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Guia-de-implantacao-do-Novo-Ensino-Medio.pdf>
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base – Ensino Médio. Portaria 1570. D.O.U. de 21/12/2017.  
Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm). Acesso em: 24 de ago. de 2020.
- BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 27ª edição. São Paulo. Ed. Saraiva, 2001.
- CARNEIRO, Júlia Dias. **O desafio de manter jovens no ensino médio, principal obstáculo à universalização da educação**. BBC News Brasil. Rio de Janeiro, 20 de junho de 2019. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48696313>.
- ECA, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. LEI Federal nº 8.690/1990. 7ª edição. Versão Atualizada 2012. Disponível em: <http://9cndca.sdh.gov.br/legislação/Lei8069.pdf>. Acesso em: 14 de jan. de 2014.
- FILHO, Manuel Alves. **Base Curricular é conservadora, privatizante e ameaça autonomia, avaliam especialistas** – Processo de construção da BNCC é marcado por divergência. Jornal da Unicamp, edição web. Campinas, 04 de dezembro de 2017. <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/12/04/base-curricular-e-conservadora-privatizante-e-ameaca-autonomia-avaliam>
- FOFONCA, Eduardo. **A cultura Digital e seus multiletramentos**: repercussões na educação contemporânea. Curitiba, 1ª edição. Editora Prisma, 2017.
- FOFONCA, Eduardo. **Entre as práticas de (multi)letramentos e processos de aprendizagem Ubíqua da cultura digital: percepções estéticas de educadores das linguagens**. Tese (Doutorado em educação. Arte e História da Cultura), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. 2015.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 2ª edição - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1967.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Traduzido por Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martins. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Editora São Paulo. Paz & Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1994.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo. Editora Moraes: Coleção Educação Universitária, 1980.

HARDAGH, Cláudia Coelho; FERREIRA DA COSTA, Márcia Maria Arco e Flexa; SILVEIRA, Guaracy Carlos da. In.: **Aprender Conectivamente**: Tecnologia e Educação no Ensino de Inglês. 7º congresso, pesquisa de ensino, 2018: Disponível em: [www1.sinprosp.org.br/conpe7/trabalhos.asp](http://www1.sinprosp.org.br/conpe7/trabalhos.asp). Acesso em:

HARDAGH, Cláudia; FOFONCA, Eduardo; CAMAS, Núria Pons Vilardell. **Processos formativos, tecnologias imersivas e novos letramentos**: convergências e desdobramentos, Editora Collaborativa, 2020.

HOFFMANN, Daniela Stevanin; FAGUNDES, Léa da Cruz. **Cultura Digital na Escola ou Escola na Cultura Digital? RENOTE**, v. 6, n. 2, 2008.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. Campinas: papirus, 2012.

MOREIRA, José António; Schlemmer, Eliane. Por um novo conceito e paradigma de educação digital online. **Revista UFG**, V.20, 63438. DOI 10.5216. ed. PUBLICA CIAR, 2020.

ROJO, Roxane. (Org.). **Escol@ Conectada os multiletramentos e as TICs**. São Paulo: Parábola. 2013.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ROJO, Roxane.; MOURA, Eduardo. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SANTOS, Edméia. **Currículos**: teorias e práticas. Editora LTC, 1ª edição, 2012.

SANTOS, Edméia. **Educação OnLine** – Cibercultura e Pesquisa-Formação na Prática Docente, Tese de Doutorado, FAGED/UFBA, 2005.

SANTOS, Edméia. **Mídias e Tecnologias na Educação Presencial e a Distância**. Editora LTC, 1ª edição, 2016.

SEB/MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://www.futura.org.br/novoensinomediooquemudanapratica>. Acesso em: 24 de ago. de 2020.

SHAW, Camilla. **Reformulação do Ensino Médio**. Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Educação (ANPED). Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2016.

[https://www.anped.org.br/news/com-iminencia-de-implementacao-de-reforma-curricular-no-ensino-medio-pesquisadores-apontam?\\_ga=2.85030297.1255355002.1619179797-869014108.1619047529](https://www.anped.org.br/news/com-iminencia-de-implementacao-de-reforma-curricular-no-ensino-medio-pesquisadores-apontam?_ga=2.85030297.1255355002.1619179797-869014108.1619047529)

SILVA, Monica Ribeiro da. Projetos de Reformulação do Ensino Médio e inter-relações com a Educação Profissional: (im)possibilidades do Ensino Médio Integrado. In.: **Ensino Médio Integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**/Orgs. Adilson Cesar Araújo e Claudio Nei Nascimento da Silva. Editora do IFB, Brasília, 2017, 569 p.